



Textos PARA Discussão

n. 19

A economia de Salvador entre 2021 e 2030:
tendências estruturais, análise conjuntural e
resiliência setorial pós-pandemia

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Rui Costa

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Walter de Freitas Pinheiro

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Jorgete Oliveira Gomes da Costa

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICA

Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL (CAC)

Arthur Souza Cruz

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICA (COEST)

Urandi Roberto Paiva Freitas

EQUIPE TÉCNICA

Alex Gama Queiroz dos Santos

Gustavo Casseb Pessoti

Jadson Santana

Urandi Roberto Paiva Freitas

EDITORIA-GERAL

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

EDITORIA DE ARTE E DE ESTILO

Ludmila Nagamatsu

REVISÃO DE LINGUAGEM

Calixto Sabatini

EDITORAÇÃO

Adir Filho

**COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
NORMALIZAÇÃO**

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Av. Luiz Viana Filho, 4ª avenida, 435, 2º andar, CAB, CEP 41745-002, Salvador - Bahia

Tel.: 55 (71) 3115-4704 Fax: 55 (71) 3116-1781 www.sei.ba.gov.br

A ECONOMIA DE SALVADOR ENTRE 2021 E 2030: TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS, ANÁLISE CONJUNTURAL E RESILIÊNCIA SETORIAL PÓS-PANDEMIA

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento de uma visão de futuro é uma atividade recorrente em vários momentos históricos e em diferentes instâncias públicas. No ato da sua fundação, em 1549, a cidade do São Salvador foi planejada para ser a capital lusitana na América. Na atualidade, a partir de um prisma econômico, torna-se factível o exercício de um planejamento para a Salvador do futuro, a fim de ensejar ao poder público ações para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico do município. Isso graças a análises consubstanciadas a partir componentes históricos que sedimentaram a estrutura produtiva da capital baiana e do seu entorno e à grande disponibilidade de dados que delineiam o perfil socioeconômico da Bahia e de Salvador.

O presente¹ trabalho tem o objetivo de apresentar uma visão de futuro para o município de Salvador, tendo surgido de uma parceria entre a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), a Faculdade de Arquitetura da UFBA e o Observatório das Cidades. Por fim, espera-se que as tendências aqui apresentadas sirvam de direcionamento para o desenvolvimento de ações efetivas para uma Salvador do futuro, sobretudo após a ruptura social provocada pela pandemia do novo coronavírus.

1 Os autores agradecem a colaboração de João Paulo Caetano e Rodrigo Barbosa de Cerqueira, da Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) da SEI, pelos cálculos de estimação da atividade econômica na Bahia.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. BREVES CONSIDERAÇÕES DA ECONOMIA BAIANA: EVOLUÇÃO RECENTE E PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA.....	6
2.1 ANTECEDENTES ECONÔMICOS DA RECENTE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA.....	6
2.2 DINÂMICA ATUAL DA ECONOMIA BAIANA, EXPECTATIVAS DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS E OS REBATIMENTOS NA ATIVIDADE ECONÔMICA DE SALVADOR.....	8
3. PANORAMA ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR.....	11
4. CENÁRIOS, TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES SETORIAIS: UMA CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE SALVADOR EM 2030.....	18
4.1 CENÁRIOS PARA A ECONOMIA BAIANA PÓS-PANDEMIA DO NOVO CORONA VÍRUS.....	18
4.1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	18
4.1.2 CENÁRIOS PARA A ECONOMIA BAIANA EM 2020.....	21
4.2 TENDÊNCIAS SETORIAIS: UMA CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE SALVADOR PARA 2030.....	22
4.3 SEGMENTOS ECONÔMICOS RESILIENTES E TENDÊNCIAS PARA A ECONOMIA DE SALVADOR PARA 2030.....	25
4.3.1 SEGMENTOS RESILIENTES DURANTE E PÓS-PANDEMIA DA COVID-19.....	25
4.3.2 TENDÊNCIAS PARA AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE SALVADOR EM 2030.....	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	35

A ECONOMIA DE SALVADOR ENTRE 2021 E 2030: TENDÊNCIAS ESTRUTURAIS, ANÁLISE CONJUNTURAL E RESILIÊNCIA SETORIAL PÓS-PANDEMIA

*Alex Gama Queiroz dos Santos
Gustavo Casseb Pessoti
Jadson Santana da Silva
Urandi Roberto de Paiva Freitas*

1. INTRODUÇÃO

O município de Salvador, juntamente com a sua região metropolitana, compõe o principal polo econômico das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Essa caracterização é devido à diversidade de sua estrutura produtiva, sobretudo do setor terciário, e à presença de uma indústria de transformação pujante. Não obstante seja a sétima do país em termos populacionais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019b), atrás, no Nordeste, das regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) detém o primeiro lugar em Produto Interno Bruto (PIB) no Norte e Nordeste e o sétimo no ranking nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a). Destaca-se a preponderância da atividade econômica em Salvador e seu entorno frente a outras metrópoles do eixo norte-nordeste brasileiro.

No entanto, compreender a atual dinâmica econômica do município de Salvador e da RMS e os possíveis cenários de desenvolvimento da sua estrutura produtiva passa pelo entendimento dos seus precedentes econômicos no contexto do estado da Bahia e no complexo produtivo nordestino, destacando-se, também, o impacto da sua macroestrutura social na atividade produtiva. O objetivo desse relatório é apresentar os principais componentes que influem na dinâmica da estrutura econômica no município de Salvador e da RMS, a fim de possibilitar bases confiáveis para um possível exercício de estimação de cenários prospectivos para a capital baiana em um horizonte temporal de dez anos.

O presente relatório está dividido em três partes. Na primeira é apresentada uma breve constituição da economia baiana, destacando sua recente evolução temporal e as principais alterações na estrutura produtiva do estado; na segunda etapa são apresentados os principais indicadores econômicos do município de Salvador e da sua região metropolitana; e, por fim, é apresentada uma visão de futuro para a estrutura produtiva do município, a partir de projeções de indicadores econômicos para os próximos dez anos, considerando-se os impactos em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Espera-se que o presente relatório sirva de subsídio ao poder público na elaboração de alternativas, em parceria com a iniciativa privada e com a anuência da sociedade civil, para a otimização da atividade produtiva no município de Salvador, o que refletiria diretamente na melhora da qualidade de vida da população soteropolitana.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES DA ECONOMIA BAIANA: EVOLUÇÃO RECENTE E PRINCIPAIS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA

Essa seção tem o objetivo de apresentar uma análise sucinta das principais questões em torno da recente evolução da economia baiana. Inicialmente é necessário compreender que determinadas questões, no curso atual do desenvolvimento do estado, estão diretamente relacionadas com a perda de pujança econômica e a diminuição da participação da Bahia nas economias nordestina e brasileira, com reflexos para Salvador e região metropolitana.

2.1 ANTECEDENTES ECONÔMICOS DA RECENTE EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA

Durante o século XXI, Salvador deixou de ser a economia mais dinâmica e o principal destino de investimentos produtivos direcionados para a Bahia, à medida que emergiam novos vetores de crescimento no estado na direção da mineração e do agronegócio na região oeste do estado. O surgimento desses novos vetores dinâmicos da economia baiana ocorreu vis-à-vis a um agravamento das condições internas e externas dos setores químico e petroquímico, antes responsáveis diretos pela ativação econômica do século XX.

A diminuição da importância da indústria na geração de valor agregado ao PIB do estado não teve consequência apenas para os municípios industriais do entorno de Salvador, mas representou uma quebra estrutural em uma lógica de crescimento de atividades econômicas. Derivadas do desenvolvimento industrial ocorrido entre a segunda metade do século XX e a primeira década do século XXI, essas atividades impulsionaram um forte crescimento de diferentes segmentos do setor de serviços (a jusante e a montante do Complexo Petroquímico de Camaçari, Mata de São João, Candeias e Simões Filho) e favoreceram o município de Salvador como eixo dinâmico e concentrador de atividades produtivas.

Desde a década de 1940 do século passado, o fantasma do “enigma baiano”² determinou um caminho praticamente único a ser seguido pelo planejamento das atividades econômicas no estado. Para enfrentar um processo contínuo de involução econômica e seguir praticamente todo o referencial teórico mundial pós-1930 e as orientações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)³ para vencer o atraso econômico e a estagnação, o caminho para a redenção da economia baiana deveria ser o da mudança estrutural. Isso significava a progressiva diminuição da agricultura de exportação e dos serviços de intermediação financeira e imobiliária e o avanço na produção industrial.

Pode até parecer apenas uma narrativa histórica, mas é, na verdade, por essa lógica que se entende praticamente toda a sequência de fatos que vai culminar em políticas de industrialização de “marcha forçada”, determinando programas arrojados de incentivos fiscais, que passaram a ser a tônica do desenvolvimento econômico

2 O “enigma baiano” é um termo cunhado pelo intelectual baiano Manuel Pinto de Aguiar e que, durante a primeira metade do século XX, fez parte do imaginário político da Bahia. Esse mistério de difícil compreensão tinha como meta entender os motivos do processo de decadência econômica, comercial, política e social que o estado atravessou no período supracitado.

3 Órgão do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas criado em 1948 e influente no cone sul do continente americano na elaboração de políticas de desenvolvimento econômico para essa região.

da Bahia no início do século XXI. Ignoraram-se, pois, condições estruturais que marcaram a trajetória econômica, como a falta de infraestrutura de apoio ao desenvolvimento industrial, logística deficiente e mão de obra desqualificada, com as quais se ampliaram as condições de expulsão de investimentos, compensados pelos incentivos fiscais e financeiros.

Diferentes especialistas e analistas da economia baiana, entre os quais vale destacar Guerra e Teixeira (2000), Menezes (2000), Pessoti (2008), Spinola (2009) e Uderman (2000), não destinam muitas linhas para analisar o desenvolvimento do setor terciário ou do município de Salvador no contexto do crescimento do estado. Os estudos concentram-se, sobretudo, em derivações do polo petroquímico e dos novos investimentos acontecidos entre as duas últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI.

Por meio da política de incentivos fiscais, o governo da Bahia atraiu empreendimentos de variados segmentos da indústria. Dentre esses podem ser citados os setores têxtil, de calçados, eletrônico, químico, automobilístico e de papel e celulose. No período entre 1999 e 2005 foram investidos aproximadamente R\$ 30,7 bilhões no setor industrial, resultando em cerca de 135 mil empregos diretos. Do montante das inversões realizadas no período, 80% foram direcionadas para a implantação de novos empreendimentos, e os 20% restantes foram destinados à reativação de indústrias já existentes (PESSOTI, 2008, p. 86).

A preocupação em diversificar a estrutura produtiva do estado da Bahia podia ser constatada nos esforços para promover investimentos em diversos segmentos da indústria. No entanto, a concentração dessas inversões na RMS contribuiu para recrudescer o processo de centralização econômica, que já era bastante expressivo. Os entraves à dinâmica de redimensionamento da espacialização produtiva baiana residiam na insuficiência de infraestrutura, nas pressões políticas regionais e nas dificuldades de acesso aos mercados, principalmente internacionais, de uma parcela considerável do território do estado.

A política de estímulo à formação de polos industriais e à diversificação das atividades produtivas entre municípios do interior baiano apresentou alguns resultados, como a geração de empregos proporcionados pela indústria calçadista, por exemplo, e um padrão de dinamismo econômico restrito a mercados sub-regionais⁴. Menezes (2000) atribuiu a configuração desse modelo na concepção dos distritos industriais a uma perspectiva municipalista fortemente voltada aos mercados locais.

A evolução econômica da Bahia sempre apresentou um perfil de pouca diversificação, o que resultou numa relação de extrema dependência das oscilações de poucas mercadorias no cenário internacional. A distribuição espacial das esferas produtivas baianas ocorreu a partir do entorno da cidade de Salvador e se espalhou pelo Recôncavo e pela zona costeira em direção ao sul do estado.

O crescimento e a conseqüente expansão da cultura cacaueteira no transcurso da primeira metade do século XX deslocaram os vetores de crescimento econômico de Salvador e de sua hinterlândia para a região de Ilhéus e Itabuna. Essa mudança resultou em um cenário dinâmico diverso do que havia predominado até aquele momento em termos de organização espacial da estrutura produtiva. Os reflexos oriundos dessa transformação, contudo, não alteraram o cerne do modelo econômico vigente, que era traduzido em pouca diversificação econômica e excessiva centralização territorial das riquezas.

4 A expressão "mercados sub-regionais" está sendo utilizada nesse texto para se referir às áreas de influência de centros urbanos normalmente de porte médio, limitadas à própria sede do município e a cidades menores circunvizinhas.

Esse perfil pouco diversificado foi transmudado com relativo êxito no decurso das últimas décadas, principalmente por meio da introdução de novos segmentos industriais, conforme já abordado anteriormente. O surgimento e a expansão de setores como o automobilístico, o de papel e celulose e o calçadista, dentre outros, contribuíram para ampliar o rol de mercadorias voltadas para o comércio internacional e para o mercado interno, refletindo um novo panorama na economia baiana.

São inegáveis, portanto, os esforços dos diferentes governos que marcaram a trajetória recente da Bahia para promover mudanças na dinâmica da economia do estado. No entanto, igualmente é inegável que essas medidas de política econômica não enfrentaram adequadamente alguns problemas estruturais. Entre eles, citam-se deficiência de infraestrutura, fraca integração econômica entre a RMS e o interior do estado, elevado nível de desemprego da mão de obra desqualificada e com alto índice de analfabetismo funcional e, por fim, quase ou nenhuma política para o desenvolvimento do setor de serviços (aquele que mais agrega valor ao PIB do estado).

2.2 DINÂMICA ATUAL DA ECONOMIA BAIANA, EXPECTATIVAS DE INVESTIMENTOS PRODUTIVOS E OS REBATIMENTOS NA ATIVIDADE ECONÔMICA DE SALVADOR

As estratégicas governamentais estiveram quase sempre ligadas ao campo do adensamento da matriz produtiva e da complementação de investimentos que consolidassem o desenvolvimento industrial do estado. Apesar das sucessivas políticas industriais realizadas ao longo dos anos 2000, a participação da indústria no PIB nunca mais atingiria o patamar alcançado na década de 1980 (com a maturação do primeiro ciclo de investimentos do Polo Petroquímico de Camaçari). No decurso dos últimos cinco anos, diversas análises da economia baiana e brasileira relataram a existência de um processo de desindustrialização, que estaria por trás da diminuição progressiva de participação do setor industrial na economia. Em 2017, a indústria representava, aproximadamente, 22% do PIB do estado (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019a).

Tabela 1 – Participação da atividade econômica – Brasil, Nordeste e Bahia – 1985/2000/1995/2010/2017

Região geográfica	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2017
Participação do Nordeste no PIB Brasil	14,1%	12,9%	12,0%	12,5%	13,1%	13,5%	14,5%
Participação da Bahia no PIB Brasil	5,4%	4,5%	4,2%	4,1%	4,2%	3,9%	4,1%
Participação da Bahia no PIB Nordeste	39,7%	34,9%	31,1%	31,7%	32,4%	30,4%	28,2%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019a), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2019a).

A perda da dinâmica industrial e o aumento gradativo de setores tradicionais, como agricultura, comércio e administração pública, produziram outra consequência para a economia baiana: a perda de participação do PIB do estado no PIB da Região Nordeste.

A análise das contas regionais do Brasil evidencia que, em uma série de 31 anos, a participação da Região Nordeste no PIB do Brasil praticamente permaneceu inalterada, demonstrando que a região não apresentou taxa de crescimento abaixo da registrada para o país no período e nem problemas estruturais nos setores de atividades que pudessem sugerir uma perda de participação. De outra parte, esse é o retrato de uma região que, apesar da transformação interna e de investimentos realizados na sua atividade produtiva, não conseguiu aumentar a sua importância estratégica na matriz produtiva do país (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a).

E a situação da Bahia é ainda mais preocupante. A análise de série histórica idêntica revela que a economia baiana apresentou perda na participação tanto na economia nordestina (de 39,7% do PIB em 1985 para 28,2% em 2017) quanto na economia nacional (5,4% em 1985 para 4,1% em 2016) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019b). Esses dados indicam que o ritmo de crescimento da economia baiana nesse período foi menor do que o da economia nordestina – em relação à qual a perda foi mais acentuada – e o da economia brasileira.

Adicionalmente, e já em ritmo de finalização das breves notas dessa primeira seção, é importante mencionar que os novos investimentos em curso na economia baiana (antes do alastramento da pandemia da covid-19) tendem a elevar novamente a participação da indústria, perdida ao longo dos últimos anos, mas com uma grande novidade em relação à análise aqui realizada. A quase totalidade dos investimentos previstos entre 2020-2023 direciona-se para fora do eixo metropolitano, o que potencialmente indica que uma recuperação da atividade econômica, nessa terceira década do século XXI, não terá Salvador e seu entorno como eixo mais dinâmico da atividade interna da Bahia.

Tabela 2 – Empreendimentos em implantação, ampliação, relocizados e modernizados – Bahia – 2020/2023

Segmentos	Total casos
Eletricidade e gás	9.977.751.000,00
Minerais não metálicos	1.503.900.000,00
Mineração	1.001.500.000,00
Metalurgia/siderurgia	927.600.000,00
Diversos	513.300.000,00
Plásticos e borrachas	240.250.000,00
Químico e petroquímico	202.600.000,00
Alimentícios	190.750.000,00
Derivados do petróleo e de biocombustíveis	163.000.000,00
Máquinas e equipamentos	42.700.000,00
Têxtil	40.000.000,00
Reciclagem	37.200.000,00
Bebidas	20.000.000,00
Metal/mecânico	17.000.000,00
Calçados, couro e componentes	9.000.000,00
Moveleiro	3.000.000,00
Informática/eletroeletrônico	1.800.000,00
Automotivo e componentes	1.300.000,00
Total	14.892.651.000,00

Fonte: SDE-Bahia (2019a-2019b).

Nota: Dados preliminares, sujeitos a retificação, referentes ao período anterior à pandemia da Covid-19.

Os investimentos privados industriais previstos para 2020/2023 estão estimados em R\$ 14,9 bilhões, destacando-se os setores de eletricidade e gás (R\$ 9,9 bilhões), minerais não metálicos (R\$ 1,5 bilhão) e mineração (R\$ 1,0 bilhão). Conforme é possível verificar pelos dados apresentados na Tabela 2, a maior parte de novos projetos industriais previstos para a Bahia no quadriênio 2020/2023 será realizada no interior do estado.

Dentre os setores que receberão mais investimentos, o de eletricidade destaca-se por sua capacidade de rentabilidade e pelas condições geográficas favoráveis do território baiano para a produção de energia eólica e solar. O montante destinado a este setor para o período 2020/2023 chega a R\$ 9,98 bilhões, o equivalente a 67,0% do total de investimentos previstos para o período (BAHIA, 2019a, 2019b).

De acordo com informações divulgadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (BAHIA, 2019c), a Bahia é responsável por 26% da capacidade instalada de energia eólica do país e assumiu o protagonismo nacional nos últimos dez anos no segmento de energias renováveis. Ainda segundo a SDE (BAHIA, 2019c), a Bahia tem 38 parques em construção (562 MW) e 47 em construção não iniciada (962 MW), para os quais estão previstos investimentos de R\$ 6,9 bilhões e geração de 22,8 mil empregos diretos e indiretos. No segmento de energia solar, ainda segundo a SDE, até 2021, mais cinco parques (142 MW) devem entrar em operação, com previsão de R\$ 737 milhões em investimentos e 4,2 mil empregos diretos e indiretos.

O segmento de minerais não metálicos também se mostra promissor, sendo que o setor da construção civil é o maior consumidor desse tipo de produto. O montante em valores ultrapassa R\$ 1,5 bilhão, cerca de 10,0% dos investimentos previstos. A maior parte está relacionada à produção de cimento, principalmente em uma unidade que será instalada no nordeste baiano, onde estão localizadas jazidas de calcário.

Outro setor que merece destaque é o de mineração, com projeção de investimento de R\$ 1,0 bilhão, cerca de 6,7% do total previsto. A maior parte está voltada para a produção de minério de ferro, principalmente no sertão do São Francisco. O setor de mineração reveste-se de uma importância estratégica, uma vez que é um dos pilares de sustentação para a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste no interior do estado.

Ademais, é importante considerar mais dois aspectos relacionados com a dinâmica atual da economia baiana e que podem reverberar em uma perda relativa da importância econômica de Salvador, no contexto das transformações em curso na Bahia. A primeira delas, apontada por Oswaldo Guerra e José Sérgio Gabrielli em diversas análises recentes, diz respeito à diminuição da competitividade das principais plantas petroquímicas do Complexo Industrial de Camaçari.

A Braskem, que esteve para ser vendida para grupos internacionais, ainda desenvolve a totalidade de seus produtos petroquímicos baseada na importação de nafta, na contramão das grandes empresas mundiais desse segmento, que utilizam gás natural. Isso obriga a Petrobras a produzir a matéria-prima base a preços internacionais. Além disso, parte considerável da nafta utilizada pelo polo petroquímico da Bahia é importada, diminuindo consideravelmente a lucratividade da Braskem em um segmento altamente competitivo.

O atraso tecnológico da produção de polímeros de alta e baixa densidade já é um entrave explícito para o desenvolvimento da petroquímica da Bahia. E a cadeia química e petroquímica não só é a maior responsável pela arrecadação de impostos estaduais como também concentra a dinâmica de geração de empregos e renda não apenas em Camaçari, Simões Filho e Dias D'Ávila, mas, sobretudo, em Salvador, graças ao eixo logístico e às atividades de serviços industriais diretamente ligadas ao polo.

Ademais, as exportações de produtos derivados dessa cadeia respondem pelo maior volume monetário das vendas externas baianas. A ausência de uma articulação interna (prefeituras e governo do estado com políticas estrategicamente elaboradas) diretamente relacionada com a petroquímica baiana pode resultar em uma perda de dinamismo econômico, com sérias consequências para a economia metropolitana e para o estado da Bahia.

A segunda questão que afeta diretamente a economia de Salvador, pensada fora da sua relação com o eixo metropolitano, relaciona-se com a proliferação de grandes centros logísticos de distribuição em municípios como Simões Filho, Camaçari (principalmente na BA-535) e Lauro de Freitas, decorrente da tendência das grandes empresas varejistas de realizarem vendas através de *market place*. Com o comércio eletrônico, não só pelo espraiamento do novo coronavírus, mas como resultado de uma prática crescente nas grandes metrópoles mundiais, a realidade hoje vivenciada pelo varejo e atacado no Brasil já se insere em um contexto de disrupção. Essa situação gera uma reflexão sobre o “grande comércio de rua”, as atividades de shopping centers, as lojas de departamento e mesmo os supermercados tradicionais, que historicamente estão inseridos entre as principais atividades econômicas da capital baiana.

A análise feita nessa primeira seção não levou em consideração as alterações na matriz produtiva da economia baiana com parte dos impactos decorrentes do novo coronavírus. Seja pela falta de dados estatísticos, seja pela incerteza que essa pandemia trouxe para a economia mundial, é importante considerar que a evolução da economia, notadamente caracterizada pelo crescimento do PIB e pelos investimentos previstos, não lograva aumentar a dinâmica econômica de Salvador nesse final de década (2020, quando este texto foi elaborado).

É possível que, com as alterações na estrutura econômica decorrentes da recuperação pós-pandemia, Salvador volte a receber destaque, a despeito da falta de uma perspectiva melhor com o curso normal da história recente. Na próxima seção serão analisadas as informações mais atuais da economia metropolitana.

3. PANORAMA ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

O município de Salvador é parte integrante da Região Metropolitana de Salvador (RMS), criada pela Lei Federal nº 14, de 1973 (BRASIL, 1973), e composta administrativamente pelos municípios de Camaçari, Candeias, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Em uma perspectiva de gestão das políticas públicas no âmbito da administração estadual, a RMS passou a ser equivalente ao território de identidade Metropolitano de Salvador a partir da Lei Estadual nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015 (BAHIA, 2015), que alterou a delimitação do território a fim de evitar concepções errôneas sobre os municípios que legalmente são definidos como do entorno de Salvador.

De acordo com o Censo Demográfico (2010) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018), entre 2000 e 2010, a Região Metropolitana de Salvador apresentou uma significativa variação positiva no número de habitantes. Com uma taxa de 14,4%, o crescimento populacional da RMS foi o dobro do verificado no estado da Bahia para o mesmo período (7,1%). Exceto os municípios de São Sebastião do Passé (5,5%), Candeias (8,3%) e Itaparica (9,4%), todos os demais tiveram um incremento acima de 25,0%. Por sua vez, nesse mesmo período, o município de Salvador apresentou crescimento populacional da ordem de 9,5%. Em números absolutos, a população da RMS teve um acréscimo de 433.177 habitantes, entre os anos de 2000 e 2010. Apenas Salvador foi responsável por 232,5 mil novos habitantes na RMS no período. Em termos de adensamento populacional, de acordo ainda com dados do Censo Demográfico, em Salvador viviam 3.859,44 habitantes por quilômetro quadrado, o vigésimo quarto município mais densamente povoado do Brasil (CENSO DEMOGRÁFICO, 2018, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018a).

Tabela 3 – População residente e taxa anual de crescimento – Bahia, RMS e municípios da RMS – 2000-2010

Região geográfica	População total 2000	População total 2010	Taxa de crescimento médio 2000-2010
Bahia	13.085.769	14.016.906	7,1%
RMS	3.120.303	3.573.973	14,5%
Camaçari	161.727	242.970	50,2%
Candeias	76.783	83.158	8,3%
Dias D'Ávila	45.333	66.440	46,6%
Itaparica	18.945	20.725	9,4%
Lauro de Freitas	113.543	163.449	44,0%
Madre de Deus	12.036	17.376	44,4%
Mata de São João	32.568	40.183	23,4%
Pojuca	26.203	33.066	26,2%
Salvador	2.443.107	2.675.656	9,5%
São Francisco do Conde	26.282	33.183	26,3%
São Sebastião do Passé	39.960	42.153	5,5%
Simões Filho	94.066	118.047	25,5%
Vera Cruz	29.750	37.567	26,3%

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a), Censo Demográfico (2010).

De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019b), em 2019, o município de Salvador contava com uma população de 2.873.347 habitantes. Esse contingente colocava o município como o quarto mais populoso do Brasil, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, e o maior entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil. Em termos de participação, Salvador era responsável por 19,3% da população do estado. Isso significa dizer que aproximadamente um em cada cinco baianos morava no município de Salvador. Em relação à RMS, a participação de Salvador era de 73,1% do total de aproximadamente 4,0 milhões de habitantes da região.

Ainda sobre a composição demográfica, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios para o ano de 2015 (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 2018) apontam que a população da Região Metropolitana de Salvador era predominantemente composta por mulheres. O gênero feminino representava 53,6% da população total da RMS, frente a 46,4% do gênero masculino. E uma análise por grupos etários mostra que os adultos (entre 30 e 59 anos) eram maioria na população (44,9%), seguidos pelo grupo de crianças e jovens (43,3%). Por sua vez, os idosos (acima de 60 anos) representavam 11,7%. Considerando-se a população em idade ativa para o trabalho – entre 15 e 59 anos –, essa participação em relação à população total elevava-se para 69,0%. A mesma pesquisa confirma que a população da RMS era composta predominantemente por negros, perfazendo um total 85,7% do total em 2015.

Para além do envelhecimento da população, um fenômeno que tem sido verificado na Bahia e nas demais regiões do estado, a composição demográfica da RMS não apresenta alterações significativas. Para os próximos anos, a tendência é que se intensifique o crescimento da população de 60 anos ou mais. Isso ocorrerá à medida que as gerações em nível intermediário, que se encontram no grupo etário de 15 a 59 anos, completarem 60 anos. Esse fato refletirá diretamente na oferta de mão de obra no mercado de trabalho, haja vista a RMS estar passando agora por uma janela de oportunidades no que se refere ao fator trabalho. Essa situação, à luz de exemplos em outros contextos, não se estenderá por muitos anos, pois se trata de um período iniciado no Brasil nos anos 1940 (VASCONCELOS; GOMES, 2012; NASRI, 2008).

Com um Produto Interno Bruto (PIB) estimado em R\$ 62,7 bilhões em 2017, Salvador era a primeira economia do eixo norte-nordeste do Brasil e a nona entre os municípios brasileiros. Esse valor representava cerca de 23,0% de toda a riqueza produzida no estado da Bahia e pouco mais de 54,0% do PIB metropolitano (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a, SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019a).

Tabela 4 – PIB, valor adicionado (VA), valor adicionado da administração pública (APU), PIB per capita e preços correntes e ranking do PIB no estado – Bahia, RMS e municípios da RMS – 2017

Região geográfica	Produto Interno Bruto (PIB) em R\$ milhões	Valor adicionado (VA) em R\$ milhões			Valor adicionado da administração pública	PIB per capita	Ranking do PIB no estado
		Agropecuária	Indústria	Serviços			
Bahia	268.660,84	15.827	52.984	167.264	49.186,21	17.508,67	-
RMS	117.496	167	29.075	69.932	12.407	-	-
Camaçari	23.103,23	13,09	9.919,87	7.620,52	1.101,76	77.816,68	2
Candeias	3.869,59	11,73	1.558,16	1.645,41	356,09	43.135,87	11
Dias D'Ávila	3.056,59	2,11	1.484,32	1.163,16	268,08	37.896,15	15
Itaparica	224,65	6,96	13,22	189,91	77,74	9.824,79	136
Lauro de Freitas	6.286,76	1,86	1.139,83	4.253,02	738,66	31.809,81	5
Madre de Deus	444,18	2,39	60,84	344,53	132,24	21.144,39	69
Mata de São João	1.053,09	11,65	163,01	752,41	194,85	22.407,10	34
Pojuca	145,13	5,96	323,54	384,60	145,13	21.834,06	40
Salvador	62.717,48	45,82	7.295,62	47.172,87	8.226,90	21.231,48	1
São Francisco do Conde	10.211,68	12,44	5.481,42	2.913,91	406,29	253.895,58	4
São Sebastião do Passé	548,33	18,84	127,09	347,26	158,72	11.965,30	54
Simões Filho	5.322,07	6,33	1.458,78	2.753,22	465,58	39.118,47	6
Vera Cruz	512,86	27,45	49,59	391,10	135,01	11.752,15	59

Fontes: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2019a), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019a).

O setor terciário tem a maior participação na composição do PIB do município de Salvador. Em 2017, os serviços representavam 86,5% do valor adicionado (VA) total na capital baiana. Em termos monetários, essa participação equivalia a R\$ 47,2 bilhões. Ainda para efeito de comparação, o setor terciário de Salvador representava 68,2% do valor agregado nos serviços na RMS e 28,2% no estado da Bahia. Esses dados confirmam a pujança dos serviços no município de Salvador e a capacidade de gerar riquezas desse setor produtivo na atividade econômica da RMS e do estado. E entre os segmentos do setor terciário que se destacam em Salvador estão as atividades relacionadas ao turismo, serviços financeiros, comércio e administração pública.

Por sua vez, o setor industrial representava 13,4% da atividade produtiva do município de Salvador em 2017. A produção de riquezas através da indústria é resultado de um conjunto de empresas que atuam em diferentes segmentos. No mix industrial do município, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2019) relativos a 2018 e considerando o número de estabelecimentos em funcionamento, destacam-se as empresas de construção civil e infraestrutura (426 estabelecimentos), fabricação de gêneros alimentícios (259), manutenção e instalação de máquinas (196) e confecções (185).

Embora não apresente vocação de cidade industrial, Salvador responde por 13,4% do VA da indústria baiana. Em termos absolutos, o município agregou R\$ 7,3 bilhões ao setor secundário na Bahia, colocando-se como o segundo do estado, atrás de Camaçari (R\$ 9,9 bilhões de VA da indústria) e à frente de São Francisco do Conde (R\$ 5,5 bilhões de VA da indústria), onde está instalada a Refinaria Landulpho Alves-Mataripe (RLAM) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019a).

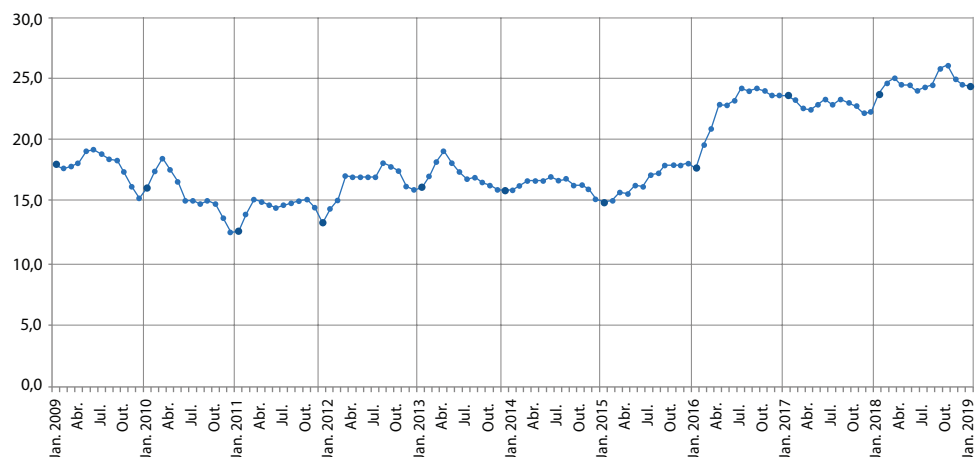
O Índice de Dinâmica Econômica Municipal (IDEM), calculado pela SEI, representa uma mensuração de tendência da atividade econômica dos municípios baianos. Com base nos dados, entre os anos de 2010 e 2016, Salvador cresceu a uma taxa média de 3,0% ao ano (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020a). Para efeitos comparativos, nesse mesmo período, o estado da Bahia apresentou uma taxa de crescimento médio da ordem de 0,8% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020b).

Não obstante haja uma perda de participação da Bahia no cenário nacional e regional e se registrasse uma expectativa de poucos investimentos para a região metropolitana em um contexto anterior à pandemia do covid-19, Salvador representa uma parcela significativa da atividade produtiva no estado e na RMS. Embora os números evidenciem um perfil voltado para a atividade terciária, o município apresenta perspectiva de grande potencial de expansão nos setores de construção civil, serviços de alta tecnologia, saúde e educação. O primeiro está relacionado diretamente às obras públicas ligadas à ampliação da capacidade viária e estrutural na capital do estado. Já os três últimos referem-se à oferta de mão de obra associada à estrutura demográfica do município e à demanda por esses serviços em uma nova formação social em que se observam o incremento dessas atividades em grandes metrópoles regionais.

Por outro lado, Salvador convive com problemas estruturais relativos, sobretudo, ao mercado de trabalho. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019c), com dados relativos a 2018, a taxa de informalidade no mercado de trabalho na capital baiana atingia a marca de 40,3%, o equivalente a 587 mil pessoas. Isto significa dizer que, de cada dez trabalhadores soteropolitanos, quatro estavam na informalidade. Por sua vez, as mulheres representavam a maioria desse contingente – 63,3%, contra 37,7% do gênero masculino. Na capital baiana, os setores com os maiores índices de informalidade são serviços domésticos, alimentação e alojamento, cujos postos de trabalho culturalmente são ocupados majoritariamente por mulheres.

Historicamente, Salvador apresenta um elevado índice de desemprego. Mesmo em períodos em que a economia brasileira e baiana apresentou elevados níveis de crescimento, a taxa de desemprego em Salvador permaneceu acima de 10,0%. Um exemplo disso é o ano de 2010, quando o Brasil teve uma taxa de crescimento do PIB de 7,5%, e a Bahia, de 6,1%. Em dezembro desse mesmo ano, Salvador registrou 12,6% de índice de desemprego (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019b). Destaca-se que esse foi o menor índice para uma série histórica dos dez anos anteriores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada em convênio pela SEI, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre-Bahia), Dieese e Fundação Seade.

Gráfico 1 – Taxa de desemprego – Salvador – Jan. 2009-jan. 2019



A mesma pesquisa apontou que, em maio de 2019, o município de Salvador apresentou uma taxa de 24,9% de desempregados em relação à População Economicamente Ativa (PEA), o equivalente a 489 mil pessoas. Desse total, 54% eram mulheres, e 46%, homens. O grupo etário com maior participação se encontrava entre 25 e 39 anos, representando 38% do total dos desempregados. E ao se analisar esse contingente considerando o recorte cor e raça, observa-se que os negros compunham 93% dos desempregados.

Ainda de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019b), a taxa de participação (indicador que estabelece a proporção de pessoas com 10 anos ou mais presentes no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas) chegou a 56% em maio de 2019. Desse total, apenas 16,3% tinham ensino superior completo, enquanto 29,3% possuíam primeiro grau completo e segundo grau incompleto. O rendimento médio de um cidadão soteropolitano ocupado era de R\$ 1.496,00 em maio de 2019.

Outro traço marcante na economia soteropolitana é a desigualdade salarial. Considerando-se ainda os dados da PED, agora para o ano de 2018, os 10,0% mais pobres ganhavam, em média, R\$ 331,00, enquanto que os 10% mais ricos auferiam, em média, R\$ 4.296,00. Isso significa que os 10% mais ricos ganhavam 13 vezes mais do que os 10% mais pobres.

Tabela 5 – Índice de Gini – Bahia, RMS e municípios da RMS – 2000/2010

Região geográfica	Índice de Gini 2000	Índice de Gini 2010
Bahia	0,664	0,631
RMS	0,656	0,645
Camaçari	0,594	0,624
Candeias	0,563	0,442
Dias D'Ávila	0,562	0,558
Itaparica	0,582	0,614
Lauro de Freitas	0,680	0,662
Madre de Deus	0,560	0,563
Mata de São João	0,555	0,590
Pojuca	0,539	0,525
Salvador	0,652	0,648
São Francisco do Conde	0,616	0,520
São Sebastião do Passé	0,553	0,546
Simões Filho	0,595	0,527
Vera Cruz	0,634	0,578

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018a), Censo Demográfico (2010).

É bem verdade que essa distância vem diminuindo, não porque os rendimentos dos mais pobres estão aumentando, mais devido à queda da renda dos mais ricos. No ano de 2010, esse intervalo chegou a ser de 24 vezes em prol dos mais ricos. Tal fenômeno fica evidente no índice de Gini de Salvador, em torno de 0,648, o maior entre os exibidos pelos municípios da RMS para o ano de 2010.

No que diz respeito à infraestrutura, a principal rodovia que corta a RMS é a BR-324, conhecida popularmente como estrada Salvador-Feira, sendo o principal vetor de saída da capital com destino ao interior. Contudo, outras rodovias importantes são utilizadas como canal de escoamento para a produção industrial. A BA-093 cruza os municípios de Camaçari e Dias D'Ávila e serve de ligação com a BR-324. Já BA-535, conhecida como Via Parafuso, faz a ligação das unidades fabris de Simões Filho (Centro Industrial de Aratu), Camaçari e Dias D'Ávila com a BR-324 (acesso norte) e com o litoral norte e o Aeroporto Internacional

Luís Eduardo Magalhães, via Complexo Viário BA-526/BA-535 (trecho pedagiado pela Via Bahia). Outro importante ramal rodoviário é a BA-524, conhecida como Canal de Tráfego e que faz a interligação entre o polo industrial de Camaçari e o Porto de Aratu, servindo para entrada de insumos e escoamento da produção de centros produtivos da RMS. Por fim, a BA-099, conhecida popularmente como Estrada do Coco, que teve a sua importância ressaltada com a ampliação da área urbana de Salvador no sentido do litoral norte.

O Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães (SSA), em junção com a Base Aérea de Salvador (Basv), com capacidade para atender 11 milhões de passageiros por ano, é o maior do Norte e Nordeste em volume de passageiros, sendo o décimo no país (8 milhões de passageiros em 2018). No terminal aeroportuário de Salvador operam as principais empresas aéreas nacionais – para todas as capitais brasileiras e cidades de grande porte – e quatro companhias áreas internacionais. Entre os principais destinos no exterior estão Buenos Aires (Argentina), Madri (Espanha), Miami (Estados Unidos), Cidade do Panamá (Panamá), Praia (Cabo Verde), Santiago (Chile), Bogotá (Colômbia) e Lisboa (Portugal). Contam-se também empresas aéreas que efetuam serviços de transporte de cargas e *charters*.

Além de ser atendida por um aeroporto e uma malha viária com fluxo intenso, a RMS também tem dois complexos portuários: o Porto de Salvador e o Porto Industrial de Aratu. O Porto de Salvador tem como destaques o terminal de contêineres, operado pela Tecon Salvador, e o terminal de passageiros destinado a navios de cruzeiros e com capacidade para receber até oito transatlânticos e movimentar 20 mil passageiros por dia. Por sua vez, o Porto de Aratu está ligado ao Centro Industrial de Aratu (Candeias) e atualmente é responsável por 60,0% de toda a carga em modal marítimo na Bahia, sendo de grande importância para a economia da RMS e do estado. Administrado pela Codeba, o porto funciona com quatro terminais: um para produtos gasosos, um para granéis líquidos e dois para granéis sólidos.

O Porto de Salvador está ligado à Via Expressa Baía de Todos-os-Santos (4,3 km dentro do município de Salvador), que dá acesso à BR-324 e, conseqüentemente, às rodovias BR-116, BR-101 e BA-093 (Polo Industrial de Camaçari), e à malha ferroviária federal pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA). Com 7.080 km de extensão, a FCA é a maior linha férrea nacional, interligando as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

O Centro de Convenções de Salvador foi um dos principais investimentos realizados no município nos últimos anos. Instalado na orla da Boca do Rio, o local tem capacidade para receber 14 mil pessoas nas áreas internas, em congressos e feiras de negócios, e 20 mil pessoas em shows, nas áreas externas. O estacionamento pode abrigar 1.460 veículos.

Investimentos em mobilidade estão se verificando em Salvador, como os destinados às linhas Vermelha e Azul, ao VLT do subúrbio, à nova Rodoviária de Salvador e ao BRT Salvador. A Linha Vermelha (Avenida 29 de Março), com 13 km de extensão, faz a ligação entre a orla atlântica, na altura de Piatã, e a BR-324, no trecho próximo a Água Claras, onde será construída a nova Rodoviária de Salvador.

A Linha Azul, numa extensão de 12 km, transversal à Avenida Paralela, interliga a orla (Patamares/Pituaçu) ao subúrbio (Pirajá/Lobato). O veículo leve sobre trilhos (VLT) do subúrbio irá substituir o atual sistema de trens que faz a ligação da Estação da Calçada ao bairro de Paripe, beneficiando mais de 600 mil moradores da região. O VLT vai ligar o bairro do Comércio, em Salvador, à Ilha de São João, no município de Simões Filho, na Região Metropolitana de Salvador. Com cerca de 20 quilômetros de extensão, 22 estações e capacidade para transportar cerca de 150 mil usuários por dia, o VLT será do tipo monotrilho, movido a propulsão elétrica, sem emissão de agentes poluentes que prejudicam o meio ambiente.

A nova Rodoviária de Salvador será implantada em uma área de 125 mil m², às margens da BR-324, em Águas Claras. Terá uma área total construída de 36 mil m² e estacionamento para mais de 500 veículos. O equipamento terá ligação com a estação de metrô de Águas Claras, com o terminal de transporte de ônibus metropolitano e urbano, e, futuramente, com o corredor de *bus rapid transit*, (BRT) na Avenida 29 de Março. O BRT Salvador, que ligará, por meio de uma via exclusiva para ônibus, a Estação da Lapa ao Shopping da Bahia, visa desafogar o trânsito e beneficiar bairros como Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina, parte de Brotas, Engenho Velho da Federação, Itaigara, Candeal e outros.

Nas seções anteriores foi apresentada uma sucinta descrição do perfil socioeconômico do município de Salvador. Não obstante a perda de participação da Bahia na atividade produtiva no Brasil e na Região Nordeste no decorrer dos últimos 30 anos – o que tem relação com o município devido à sua elevada participação na geração de riquezas no estado –, Salvador configura-se como uma metrópole de importância significativa no contexto baiano e regional. E essa relevância não está associada exclusivamente à concentração populacional, mas também à diversificação da sua atividade produtiva, fundamentada, sobretudo, em um amplo setor terciário. Essa é uma característica de grandes metrópoles, com extensa oferta de comércio e serviços e que funcionam como polos de atração em diversos contextos.

E embora não seja possível identificar a vocação de um único segmento industrial no município, o VA gerado pela indústria em Salvador é significativo para a atividade produtiva do estado, ressaltando a importância da atividade econômica do município para o contexto baiano. Entretanto, esse padrão tende a apresentar alterações, se concretizadas as propostas de inversões privadas, sobretudo no setor industrial, em outras regiões do estado.

Contudo, em um contexto de pandemia da covid-19, com impactos diretos na economia do estado, refletindo em uma retração da atividade econômica, Salvador pode novamente voltar a assumir a dianteira na prospecção de investimentos futuros. Como capital do estado e epicentro da pandemia do novo coronavírus, Salvador tem recebido inversões associadas diretamente ao combate à covid-19, o que inclui a reativação de hospitais, leitos de internação de urgência e emergência, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, contratação de pessoal e instalação de hospitais de campanha.

Caso confirmada a efetividade do município em mitigar os efeitos nocivos da pandemia, reduzindo a velocidade de espraiamento do vírus e o número de vidas perdidas, com uma proposta viável de retomada da atividade econômica pós-pandemia, Salvador tende a assumir um papel preponderante no cenário regional no que se refere a serviços de saúde. Isso porque outras metrópoles que competem diretamente no protagonismo regional, como Fortaleza e Recife, têm apresentado quadros caóticos dos serviços de saúde, com escalada das mortes por covid-19. A ação conjunta entre os entes estadual e municipal na gestão dos recursos e aplicação de medidas de combate ao novo coronavírus tende a dar um novo destaque a Salvador em um cenário pós-pandemia.

A próxima seção apresentará cenários prospectivos para a atividade econômica no município de Salvador considerando o horizonte temporal dos próximos dez anos. Embora não seja um exercício fácil, devido às incertezas em torno de uma realidade pós-isolamento social, a finalidade aqui é trazer possíveis desdobramentos das estruturas econômicas no município considerando três cenários: otimista, moderado e pessimista.

4. CENÁRIOS, TENDÊNCIAS E PROJEÇÕES SETORIAIS: UMA APROXIMAÇÃO DA CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE SALVADOR EM 2030

As duas seções anteriores apresentaram um panorama recente da evolução econômica na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador. Tais análises serviram de subsídio para a elaboração dessa terceira e última etapa, que tem como objetivo apontar as tendências de desenvolvimento para a economia de Salvador a partir da terceira década do século XXI. Para tanto, esta seção está segmentada em três partes: na primeira são apresentados cenários para o desempenho econômico da Bahia em 2020; na segunda evidenciam-se estimativas para a atividade econômica de Salvador pós-pandemia; e, por fim, são apontados os segmentos econômicos do município com maior capacidade de resiliência em um cenário prospectivo para 2030.

É importante ressaltar que os resultados apresentados para a Bahia, de certa forma, condicionam e são fundamentais para a elaboração de perspectivas exclusivas para Salvador no período de 2021 a 2030. Além da interferência desses resultados na tendência de comportamento econômico durante esse período, há uma convergência entre a taxa de crescimento da economia baiana e o desempenho do eixo metropolitano, com destaque para a rede de cidades que possuem lógica integrada à evolução ocorrida, sobretudo, no último quartel do século XX.

4.1 CENÁRIOS PARA A ECONOMIA BAIANA PÓS-PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

A radical transformação social provocada pelo novo coronavírus impôs diversas dificuldades à manutenção da vida cotidiana. Nesse sentido, a elaboração de previsões estatísticas assertivas tem esbarrado na grande quantidade de informações produzidas sobre o fenômeno e, conseqüentemente, na alta volatilidade dos dados utilizados. Aliada a isso, a subnotificação de casos da covid-19, escamoteando a transmissibilidade a partir de indivíduos assintomáticos e pré-sintomáticos, instituiu um cenário de incertezas quanto à retomada das atividades rotineiras, criando um *status* de “nova normalidade”, até a descoberta de uma alternativa de natureza farmacológica no combate ao SARS-CoV-2.

Tais considerações tornam os mais robustos modelos econométricos um pouco mais imprecisos, sendo que, em algumas situações, os resultados apresentados por esses modelos precisam ser revisados em um curto período de tempo, a fim de abarcar a atualização dos dados produzidos durante a pandemia do novo coronavírus. Por conseguinte, essa subseção assume um caráter importante para a seqüência do trabalho aqui proposto, mas, ao mesmo tempo, pode se configurar em um entrave para uma perfeita aferição dos possíveis resultados para a economia baiana e metropolitana no início da terceira década do século XXI.

4.1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de apresentar uma estimativa da taxa de crescimento para a economia da Bahia no ano de 2020 e considerando os impactos causados pelas medidas

de natureza não farmacológica adotadas pelo poder público no enfrentamento na pandemia, esta subseção descreve a metodologia utilizada para alcançar esse objetivo. Conforme explicitado anteriormente, a justificativa da apresentação da taxa de crescimento da economia baiana está na total convergência desta com a atividade econômica em Salvador e nos municípios que compõem a RMS, interferindo diretamente no desempenho desse grupo de municípios em cenários posteriores à pandemia do novo coronavírus.

O modelo adotado considera a vigência do *status* de quarentena imposto pelo poder público em âmbito estadual, bem como três níveis de isolamento social. A referência de análise é um instrumento metodológico desenvolvido pela Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), para estimar a taxa de crescimento do PIB da Bahia em 2020 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020b). Vale salientar que, na elaboração deste relatório, os dados setoriais de desempenho da atividade econômica ainda estavam indisponíveis, destacando o ineditismo nas estimativas aqui divulgadas. Os resultados são apresentados em três cenários: otimista, moderado e pessimista. No cenário otimista, as atividades econômicas consideradas não essenciais, definidas inicialmente pelo Decreto 19.532, de 17 de março de 2020, do Governo do Estado da Bahia, ficariam paralisadas por dois meses (BAHIA, 2020). No cenário moderado, essa paralisação duraria três meses e, no cenário pessimista, esse período perduraria por até quatro meses. E, para o isolamento social, as métricas utilizadas foram 40% no cenário otimista, 50% no cenário moderado e 60% de incidência do isolamento no cenário pessimista:

Quadro 1 – Cenários de impacto da Covid-19 na economia baiana – 2020

Cenários	Duração do isolamento social	Incidência do isolamento social
Otimista	Dois meses	40%
Moderado	Três meses	50%
Pessimista	Quatro meses	60%

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020b).

As análises dos impactos da covid-19 foram feitas com base em premissas da demanda agregada doméstica (consumo das famílias, investimentos produtivos e gastos governamentais) e da demanda internacional (exportações, importações e crescimento da economia mundial). Para cada um desses vetores foram propostas condições, traduzidas nos cenários otimista, moderado e pessimista, explicitadaos a seguir:

- Para o consumo das famílias, a análise de cenários prospectivos levou em consideração duas premissas. A primeira é o aumento do desemprego, com o encerramento de postos de trabalho, fechamento de empresas e, conseqüentemente, diminuição da renda interna. Apenas como referência, no ano de 2016, quando a economia baiana apresentou uma retração de 6,2% no PIB, a PNAD Contínua do IBGE evidenciou uma redução de aproximadamente 310 mil postos de trabalhos formais e informais (PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA, 2018). Para o primeiro trimestre de 2020, a mesma pesquisa aponta a Bahia como o estado com a maior taxa de desemprego do Brasil, atingindo o percentual de 18,7% da População Economicamente Ativa (PEA). De acordo com as análises realizadas pela SEI, o desemprego total do primeiro semestre foi diluído nos meses de janeiro e fevereiro, tendo em março o percentual superado 20% de desempregados em relação à PEA. A SEI ainda não produziu um relatório sobre as tendências do mercado de trabalho em 2020, mas especialistas da instituição supõem que, até o final do ano, a Bahia terá uma taxa de desemprego próxima a 30%. Utilizando-se esse último dado como referência, o número de desempregados atingiria

um contingente de 680 mil trabalhadores como consequência da queda do PIB e do nível da atividade econômica na Bahia. A segunda premissa é a redução do consumo das famílias em 2020, que foi apontada a partir do cruzamento dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) para os anos de 2017 e 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019d). O trabalho realizado pela Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) da SEI apontou uma redução no consumo das famílias baianas de 9,8% no cenário otimista, 16,7% no cenário moderado e 22,5% no cenário pessimista (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2020b).

- Para o investimento produtivo, a premissa é a redução da participação da formação bruta de capital fixo em relação ao PIB do estado. Esse fato se dará em decorrência do choque de oferta causado pelo fechamento de empresas e da drástica redução de margem bruta de comercialização, faturamento e lucros, que vai provocar um resultado sem precedentes nos investimentos. Em 2019, esse coeficiente registrou apenas 15%, menor resultado da série histórica das contas regionais. Para 2020, tomando por base as métricas estabelecidas, no cenário otimista, essa relação da formação bruta de capital fixo apresentaria uma redução de 25%; no cenário moderado, de 40%; e no cenário pessimista, de 60%. Nesse último caso, o coeficiente da formação bruta de capital fixo em proporção do PIB seria de, no máximo, 6% em 2020.

- Para os gastos governamentais, a suposição é o aumento da participação da administração pública no PIB da Bahia. Em 2019, o valor agregado bruto (VAB) do setor público (municipal, estadual e federal) representava aproximadamente 25% do PIB estadual. A premissa considerada é o aumento desse percentual nos três cenários. Contudo, vale destacar que, mesmo com quase todos os setores produtivos apresentando forte retração, a expectativa é que a administração pública apresente resultado positivo em 2020. Com isso, o incremento desse setor no PIB da Bahia pode ser considerado uma externalidade negativa, pois diminui a participação dos setores mais dinâmicos na economia. No entanto, sobre esse percentual, uma observação deve ser considerada. O aumento do setor público, que já tem uma elevada participação na atividade produtiva do estado, contribui para reduzir a queda na taxa de crescimento. No cenário otimista, projeta-se um ganho que fará a administração pública passar dos atuais 25% do VAB do estado para 30%; no cenário moderado, a participação será de 33%; e no cenário pessimista, a proporção estimada é de 38%.

- Para o desempenho das exportações e importações foram elaborados cenários levando em consideração a taxa de crescimento das exportações nas maiores economias mundiais (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020; WORLD BANK, 2020) e a taxa de crescimento interno da Bahia. Com base nos dados do Fundo Monetário Internacional (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2020; WORLD BANK, 2020) foi possível estimar um cenário otimista com retração de 2,0% das principais economias mundiais, 2,5% no cenário moderado e 3,0% no cenário pessimista. Já para a economia nacional foram levadas em consideração as projeções feitas pelo Relatório Focus, do Banco Central do Brasil (2020), e as ponderações do Núcleo de Análise de Conjuntura Econômica da SEI. Com base nessas fontes, chegou-se a uma desaceleração de 3,0% no cenário otimista, 5,0% no cenário moderado e 7,0% no cenário pessimista. Utilizando esses parâmetros e analisando individualmente o desempenho das economias da China, Estados Unidos, Argentina e Países Baixos, para onde converge a maior parte das exportações baianas, chegou-se à possibilidade de retração de 25% das exportações baianas no cenário otimista, 30% no cenário moderado e 35% no cenário pessimista. Já as importações teriam um desempenho ainda pior, pela clara chance de quebra nas cadeias de suprimentos, principalmente para a indústria do estado. Assim, no cenário otimista, a retração das importações atingiria 35%; no cenário moderado, 40%; e no cenário pessimista, 45%.

Os principais indicadores são sumarizados na tabela a seguir.

Tabela 6 – Resumo das premissas de análise – Estimativas 2020

Cenários	Redução do consumo das famílias baianas	Estimativa da taxa média anual de desemprego	Redução da formação bruta de capital fixo	Participação da administração pública no PIB da Bahia	Desempenho economia mundial	Desempenho economia brasileira	Desempenho exportações baianas	Desempenho importações baianas
Otimista	-9,8%	30,0%	-25,0%	30,0%	-2,0%	-3,0%	-25,0%	-35,0%
Moderado	-16,7%	30,0%	-40,0%	33,0%	-2,5%	-5,0%	-30,0%	-40,0%
Pessimista	-22,5%	30,0%	-60,0%	38,0%	-3,0%	-7,0%	-35,0%	-45,0%

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020b).

Nota: Elaboração própria.

4.1.2 CENÁRIOS PARA A ECONOMIA BAIANA EM 2020

Feitas essas considerações, na Tabela 7 são apresentadas as estimativas para as taxas de crescimento da economia baiana em 2020.

Tabela 7 – Estimativas do desempenho do PIB – Bahia – 2020

Cenários	Desempenho da economia baiana	Prazo de recuperação
Otimista	-5,2%	2022
Moderado	-6,8%	2023
Pessimista	-9,8%	2024

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020a).

Nota: Elaboração própria.

Estima-se que, no cenário otimista, a queda do PIB da Bahia deve atingir 5,8%, com uma recuperação ao mesmo patamar da atividade econômica de 2019 somente em 2022. No cenário moderado, a retração da economia baiana seria de 6,5%, com recuperação em 2023. No pior dos cenários, o pessimista, haveria uma queda de 7,3% do PIB, com recuperação apenas a partir do segundo trimestre de 2024. Esses resultados corroboram a tendência de crescimento da economia baiana projetada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020a) antes da pandemia da covid-19: taxa de crescimento de 2,5% em 2021, 3,6% em 2022 e 3,2% em 2023.

Cada um desses cenários, todos de alto impacto para as principais variáveis econômicas, enseja um período de recuperação que seguramente vai comprometer os demais anos do período 2021-2030. Isto significa que, não bastasse o ritmo lento que vinha caracterizando o crescimento econômico da Bahia antes da covid-19, outros vetores (degradação do mercado de trabalho e das finanças públicas estaduais e municipais, preços dos produtos exportados, volume das exportações, nível de endividamento e inadimplência pós-covid, e variáveis exógenas impossíveis de serem controladas, como o clima para a produção do agronegócio e as mudanças na geopolítica internacional, com novos protocolos de relações bilaterais) vão impactar decisivamente a retomada dos patamares produtivos de antes da crise e o ritmo em que a recuperação vai acontecer. Esses vetores podem determinar também um ritmo mais lento para o funcionamento econômico do estado, mesmo depois de assegurada a recuperação de todas as perdas.

4.2 TENDÊNCIAS SETORIAIS: UMA CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE SALVADOR PARA 2030

Esta subseção tem como objetivo traçar alguns cenários para a economia de Salvador levando em consideração a pandemia da covid-19 em 2020 e as estimativas para a Bahia apresentadas no tópico anterior. Esse exercício é bastante difícil, uma vez que as estatísticas municipais têm defasagem de dois anos, e não existe um deflator municipal que permita criar uma taxa de crescimento econômico em termos reais para Salvador. Salienta-se que qualquer estimativa futura para a economia estará sujeita ao controle do espriamento do SARS-CoV-2. Ou seja, à medida que o isolamento social seja ampliado ou relaxado, pode haver necessidade de revisão nas taxas de crescimento aqui projetadas.

Em 2017, o PIB de Salvador era de R\$ 62,7 bilhões, representando 23,3% de toda a riqueza produzida no estado. Com base na estrutura produtiva e setorial, o setor de serviços e comércio apresentou participação 86,5% no valor agregado bruto (VAB). Em 2010, esse mesmo setor tinha 78,6% de participação na atividade produtiva do município. Uma comparação entre os anos de 2010 e 2017 indica um ganho considerável da presença do setor terciário. Essa observação sinaliza que analisar o desempenho do setor de comércio e serviços é essencial para compreender o dinamismo econômico de Salvador, e, por meio deste, é possível caracterizar e projetar as tendências da economia do município para um horizonte temporal até 2030 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019a; SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019a).

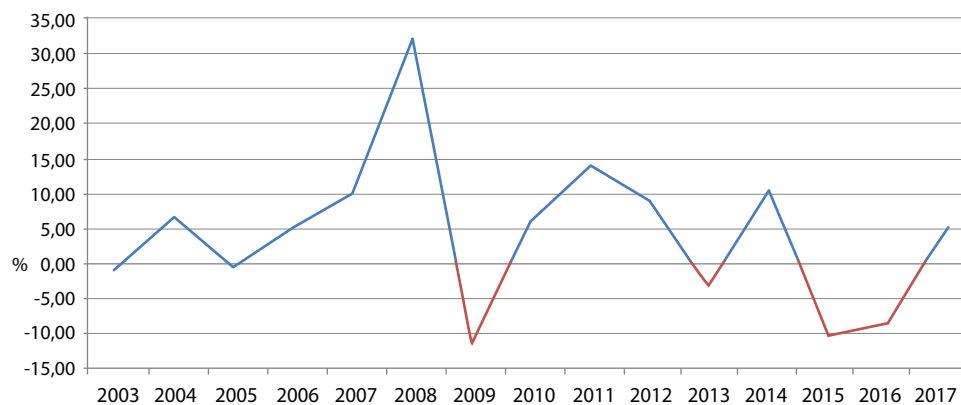
Com as ações públicas de controle da propagação do SARS-CoV-2, a Prefeitura de Salvador publicou o Decreto nº 32.256, em 16 de março de 2020 (PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR, 2020a), que determina o estado de emergência em saúde pública e medidas de prevenção e controle para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Esse instrumento legal estabeleceu o fechamento de espaços como academias de ginástica, cinemas, teatros, casas de espetáculos, parques infantis privados e estabelecimentos de ensino da rede privada e pública. Nos dias 18 e 23 de março foram publicados os decretos nº 32.268 e nº 32.280 (PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR, 2020b; 2020c), respectivamente, que suspenderam as atividades de atendimento em repartições públicas municipais e o funcionamento de shopping centers, centros comerciais e estabelecimentos correlatos, clínicas de estética, salões de beleza, bares, restaurantes, lanchonetes e lojas de conveniências em postos de combustíveis.

A caracterização de forte concentração no setor de comércio e serviços faz com que haja incertezas sobre a prospecção da economia de Salvador para os próximos dez anos. Uma estimativa mais assertiva dependerá de como e quando a economia retornará a um “novo normal”. É quase certo que a retomada se dará de forma lenta e gradual, pois os níveis de desemprego na capital baiana já eram elevados, em torno de 25% da PEA, em 2019 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2019b). No período pós-pandemia, esses índices podem ultrapassar 30% e dificultar o processo de retomada. Em um cenário de curto prazo, uma retomada em “V” – queda em 2020 e aquecimento em 2022 – é improvável, pois os setores dinâmicos da economia estão debilitados, a exemplo de turismo e comércio. Uma retomada em “U” – queda em 2020 e retomada em 2023 – parece razoável, pois a economia levaria dois

anos para se ajustar, reabilitar setores dinâmicos e criar outros segmentos, principalmente os ligados às novas tecnologias. Ainda há um cenário em “W”, com recuperação somente em 2024, que seria possível se a economia experimentasse uma segunda onda de contágio. A retomada em “U” faria com que a economia gradualmente retornasse ao patamar de 2019.

Projetando-se um cenário de longo prazo para 2030, recorreu-se ao Índice de Dinâmica Econômica Municipal (IDEM), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020a), indicador *proxy* da taxa de crescimento econômico municipal. De acordo com esse indicador, entre 2003 e 2016, Salvador cresceu a uma taxa média de 4,4% ao ano. Nesse período houve uma expansão das atividades de comércio, serviços e obras de infraestrutura importantes para cidade, a exemplo da ampliação do metrô e da via expressa, que ajudaram a impulsionar a economia soteropolitana.

Gráfico 2 - Evolução do IDEM em Salvador – 2003-2017



Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020a).

Observam-se no Gráfico 2 alguns pontos de crises econômicas que impactaram negativamente o IDEM, devido à redução do consumo das famílias, principalmente no setor de comércio e serviços. No ano de 2009, reflexo da crise dos *subprimes*, o IDEM teve uma variação de -11,2%. Em 2013, ano de recessão econômica nacional, o resultado do IDEM foi -4,1%, e nos últimos dois anos da série, 2015 e 2016, instabilidade política e o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff produziram taxas de -10,8% e -3,5%, respectivamente.

Tabela 8 – Taxa do IDEM – Salvador – 2010-2019

Unidade geográfica	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 ⁽¹⁾	2019 ⁽¹⁾
Salvador	6,0%	13,8%	8,7%	-4,1%	10,3%	-10,8%	-3,5%	5,2%	2,7%	-0,8%

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2020a).

Nota: (1) Valores estimados (O modelo utilizado para projeção da taxa do IDEM foi uma regressão polinomial, tendo como regressor a taxa de crescimento do PIB estadual e a tendência temporal. Verificou-se uma forte associação entre o PIB estadual e a taxa do IDEM do município de Salvador).

Tomando-se como base o ano de 2020, verifica-se que a situação mais otimista é uma redução de 10%, como já aconteceu na série histórica no ano de 2015, conforme a Tabela 7. A recuperação da economia municipal, com base nos dados de 2019, só aconteceria em 2022. No caso de um cenário moderado, espera-se uma taxa de desempenho de -12,5% para 2020, havendo somente recuperação, com base nos dados de 2019, em 2023. E em um cenário pessimista, haveria uma redução de 15% no ano de 2020, com recuperação apenas em 2024.

Tabela 9 – Análise dos cenários da taxa do IDEM pós-pandemia da Covid-19(1) – Salvador

Cenários	2020	2021	2022	2023	2024
Otimista	-10,0%	4,8%	5,0%	-	-
Moderado	-12,5%	2,4%	2,5%	7,2%	-
Pessimista	-15,0%	1,2%	1,2%	3,6%	7,4%

Notas: Elaboração própria.

(1) Valores projetados tendo como referência o ano de 2019, com base nos cenários otimista (-10,0%), moderado (-12,5%) e pessimista (-15,0%). As respectivas retomadas da economia, com base em 2019, somente acontecerão nos anos de 2021, 2022 e 2023.

Para a projeção do crescimento até o ano de 2030, com base nos cenários estipulados inicialmente, estimou-se uma taxa de crescimento médio de 6% ao ano no cenário otimista, após a recuperação em 2021. No cenário moderado, projetou-se uma taxa de crescimento médio anual de 4%, depois de 2022. E no cenário pessimista, calculou-se uma taxa de crescimento médio de 2% ao ano, posteriormente à recuperação em 2023. No acumulado, espera-se um crescimento respectivo, com base no ano de 2021 para todos os cenários, de 68,9% no cenário otimista; 43,2%, no moderado; e 25,8%, no pessimista.

Tabela 10 – Projeção do índice acumulado do IDEM – Salvador – 2020-2030

Cenários	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Otimista	90,9	100,0	106,0	112,4	119,1	126,2	133,8	141,9	150,4	159,4	168,9
Moderado	88,9	95,6	100,0	103,9	108,1	112,4	116,9	121,6	126,5	131,5	136,8
Pessimista	87,0	91,3	94,4	100,0	102,0	104,0	106,1	108,2	110,4	112,6	114,9

Nota: Elaboração própria.

Obviamente que esses cenários, em parte, estão condicionados ao plano de recuperação da economia brasileira. Geralmente, em situações anormais de funcionamento da economia, a exemplo de guerras e pandemias, os governos costumam fazer investimentos arrojados em obras de infraestrutura, a fim de aquecer rapidamente a economia via efeito multiplicador (transbordamento). A questão a ser colocada é se a Bahia e Salvador serão contempladas.

Portanto, há de se esperar uma forte diminuição no faturamento do comércio, principalmente para os segmentos que não são considerados essenciais. Destacam-se nesse grupo os estabelecimentos ligados ao turismo, atividade completamente paralisada desde meados de março de 2020 e sem expectativa de retomada do funcionamento. Por outro lado, é importante lembrar que essa redução no faturamento do segmento comercial não é fruto apenas das medidas de isolamento social. Mesmo sem normas de distanciamento social mais restritivas, dificilmente a população continuaria a manter o mesmo fluxo de circulação e consumo com o vírus presente no cotidiano. Por isso, a retomada da economia está sujeita ao controle do espriamento do SARS-CoV-2. Seguramente, o “novo normal” virá com mudanças significativas na economia, principalmente aquelas ligadas ao consumo das famílias e à reorganização das formas de trabalho.

De maneira geral, a crise impõe perdas generalizadas, com fortes impactos entre os mais pobres. Nesse sentido, a capital baiana preocupa, principalmente ao se levar em consideração as características da economia soteropolitana, fortemente marcada por alto desemprego e informalidade no mercado de trabalho, além de um índice de Gini que revela a grande desigualdade de renda entre os mais ricos e os mais pobres.

4.3 SEGMENTOS ECONÔMICOS RESILIENTES E TENDÊNCIAS PARA A ECONOMIA DE SALVADOR PARA 2030

As próximas subseções apresentam tendências para segmentos econômicos com maior capacidade de adaptação às mudanças frente à ruptura social causada pelo novo coronavírus. Na segunda parte destacam-se as especificidades desses segmentos na economia soteropolitana.

4.3.1 SEGMENTOS RESILIENTES DURANTE E PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

As dificuldades impostas pela radical transformação social em decorrência da pandemia do novo coronavírus têm provocado grandes impactos em uma parte significativa dos setores produtivos. Com a maioria dos estabelecimentos de comércio e serviços paralisados por obrigatoriedade das medidas legais que determinam o isolamento e distanciamento social, as perdas do setor terciário tendem a ser significativas e, em alguns casos, irreparáveis.

Os segmentos que tendem a ser mais impactados estão associados ao consumo cíclico e são mais sensíveis à desaceleração da atividade econômica. Estes se caracterizam por sofrerem rebatimento direto quando há baixo crescimento da atividade econômica, com redução da renda média, fazendo com que as pessoas deixem de consumir produtos que não sejam de primeira necessidade. Os exemplos são o comércio varejista, imobiliário, automotivo, turismo, lazer e investimentos, além de outros serviços prestados às famílias, como recreação, eventos festivos e serviços pessoais.

Contudo, há alguns segmentos que estão experimentando um momento peculiar, com incremento da demanda neste período de pandemia, refletindo na ampliação da capacidade produtiva com a contratação de trabalhadores, ainda que temporários. Isso ocorre em setores-chave, como os de supermercados e farmácias, além da cadeia produtiva de insumos para a saúde. Nesse grupo também destacam-se as empresas associadas à prestação de serviços via plataformas *on line* (leitura, *live streaming*, *streaming*, *gaming*, aplicativos de atividades físicas, plataformas de *web meeting*) ou à venda por meio digital (farmácias, produtos para o cuidado pessoal, produtos para o cuidado da casa, *delivery* de alimentos).

No caso da Bahia, embora haja uma estimativa do impacto negativo da pandemia em todos os grandes setores⁵ da economia⁶, determinados segmentos apresentam especificidades associadas à produção de itens considerados essenciais ou tiveram uma total readequação de sua estrutura, a fim de minimizar as perdas em decorrência da pandemia. Esses setores são denominados de resilientes. Especificamente, no contexto da Bahia, o agronegócio⁷ é um exemplo de segmento resiliente, pois deve sentir os impactos da pandemia da covid-19 de maneira mais branda, graças a uma parte de sua cadeia produtiva estar associada ao consumo de itens considerados essenciais. Ademais, a expectativa de uma safra recorde de soja em 2020 é outra justificativa para os efeitos serem minimizados nesse segmento.

5 Os grandes setores são o primário, relacionado à produção agropecuária; o secundário, referente à produção industrial; e o terciário, relativo à produção de serviços e comércio. Todos são compostos por subsetores ou segmentos menores.

6 O trabalho realizado pela Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI, de abril de 2020 (Impactos da Pandemia da Covid-19 na Economia Baiana), aponta impacto negativo em todos os grandes setores da economia baiana. Contudo, segmentos como o agronegócio, que não está atrelado exclusivamente à produção agrícola, podem apresentar um desempenho positivo mesmo durante a pandemia.

7 Não se refere exclusivamente à produção agropecuária, mas ao conjunto de operações da cadeia produtiva, do trabalho agropecuário até a comercialização.

Por sua vez, no setor de serviços, algumas empresas, sobretudo da área da tecnologia, devem sair fortalecidas, em função do novo modelo de reorganização do trabalho remoto e da readequação de padrões de consumo ao distanciamento social. No primeiro grupo estão as companhias que oferecem serviços à distância, como teletrabalho, telemedicina e educação, que já estão mostrando sua força e colhendo alguns bons resultados em meio à pandemia e tendem a ganhar espaço no “novo normal”. E no segundo grupo estão as empresas que migraram de vendas físicas para digitais, nas quais a necessidade de contato interpessoal para efetivação de uma compra é baixo. Para esses setores, a recuperação pode ocorrer um pouco antes.

Por outro lado, os diversos subsetores associados ao entretenimento (cinema, teatro e eventos em geral), alimentação fora do lar e turismo (hotéis e viagens) são os que tendem a sofrer mais durante a pandemia, devido à limitação de contato interpessoal e de locomoção entre cidades, estados e países. Estes devem necessitar de um prazo maior para recuperação, sobretudo, se existir o risco de uma nova onda de contaminação em massa, na ausência de uma alternativa medicamentosa.

Entre esses dois opostos estão setores que apresentam quedas momentâneas expressivas neste período, mas podem experimentar um aumento da demanda no pós-pandemia. É o caso dos itens de varejo com baixo valor de comercialização, como roupas, calçados e acessórios e itens de beleza. Outras áreas, como serviços de internet, produtos de limpeza e sanitários, podem estar passando por um pico, mas devem se estabilizar em um cenário pós-covid-19.

Também estão em curso mudanças tecnológicas no setor financeiro e bancário, com a implementação de pagamentos digitais instantâneos, por meio de *fintechs* e bancos digitais, e atendimento de serviços financeiros virtuais. Espera-se o fechamento de agências que oferecem serviços bancários para pagamentos e transações financeiras presenciais, com algum tipo de reestruturação no setor.

De modo geral, as tendências que se observam para os segmentos econômicos em um cenário pós-pandemia são:

- *Cursos on-line*: a fim de recuperar o tempo perdido durante a quarentena, diversas pessoas tendem a demonstrar interesse por essa modalidade de ensino. Contudo, a manutenção desse segmento na preferência do consumidor se dará após o aumento da satisfação com o conteúdo apresentado e a forma de exposição. Essa era uma tendência que se observava há algum tempo, mas que deve se expandir após a quarentena.
- *E-commerce*: de modo geral, a impossibilidade de um contato direto no ato da compra tem impulsionado compradores e vendedores ao mercado digital. Em um cenário pós-pandemia, a tendência é que bens que não necessitem de teste ou conferência continuem a ser comercializados pelas plataformas virtuais. Um exemplo são os cosméticos e itens para cuidado pessoal, em detrimento, por exemplo, de vestuário e calçados.
- *Contactless payment*: a ausência de contato com superfícies (*contactless payment*) era uma tendência que se observava há algum tempo (pagamento por cartão virtual, máquinas que fazem leitura de chip sem precisar de toque, pagamento virtual para compras *delivery*). Após a pandemia, esse segmento deve ganhar força, levando a reboque bancos e plataformas financeiras digitais que já estão inseridas no mercado com esse formato de pagamento.

- Aplicativos de atividade física: academias e espaços para treinamento físico estão entre as atividades consideradas de maior risco de contaminação pelo novo coronavírus, devido ao compartilhamento dos equipamentos. Essa característica pode direcionar uma parte significativa da população que já praticava atividades físicas para a utilização de aplicativos virtuais com essa função. A questão da adaptação do treinamento à rotina e ao espaço individual é um ponto positivo para a adoção dessa modalidade de serviço virtual, além do acompanhamento de um especialista durante o período de treinamento.
- *Web meeting*: a obrigatoriedade do isolamento social também nos espaços profissionais levou empresas e corporações à adoção do *home office*. Nesse sentido, a utilização de ferramentas para reuniões e encontros virtuais (*web meeting*) tem ganhado espaço, devido ao baixo custo de adesão e à facilidade de utilização. Se confirmada a adequação de determinados serviços ao ambiente do *home office*, haverá a tendência de ampla utilização desses mecanismos em um cenário pós-pandemia.
- Logística: a suspensão das atividades de bares e restaurantes conduziu diversos estabelecimentos para o sistema de *delivery*. Nesse sentido, deve crescer, enquanto perdurar a pandemia, a utilização de aplicativos de alimentação e também de plataformas e cadeias (ainda que de baixo nível de estrutura e organização) para entrega de itens e bens comercializados nas plataformas digitais. Caso seja confirmada a crença da população na qualidade do serviço ofertado, atividades ligadas ao transporte e armazenagem apresentam tendência de crescimento, mesmo em um cenário sem a covid-19.

Todas as possibilidades apresentadas acima dizem respeito ao setor terciário, mas se referem, de algum modo, a um movimento iniciado antes da pandemia e que, devido à limitação do contato pessoal, devem ter uma aceleração no processo de ampliação, a depender da aceitação da população. Contudo, a maioria é estritamente dependente de redes de telecomunicações e da disponibilidade de acesso virtual por parte da população. Se houver crescimento de confiança dos consumidores dessas ferramentas em um contexto pós-pandemia, os segmentos econômicos que se utilizam da tecnologia para venda e oferta de serviços tendem a avançar consideravelmente.

Ademais, a tendência é que as empresas reduzam os custos fixos de armazenamento de produtos e estoques de insumos e que haja um crescimento das vendas via *e-commerce*. Na área de serviços de *telemarketing*, escritórios de advocacia e contabilidade, o trabalho remoto tende a reduzir a necessidade de espaços físicos. O avanço dos investimentos em plataformas digitais tende a diminuir os ativos imobilizados das empresas. O que vai prevalecer nesse novo paradigma de mercado será o lucro decorrente das economias de escala e a produtividade gerada pelas novas tecnologias e tendências.

4.3.2 TENDÊNCIAS PARA AS ATIVIDADES ECONÔMICAS DE SALVADOR EM 2030

Diante do exposto, delinear uma trajetória para o desenvolvimento da atividade produtiva no município de Salvador para os próximos anos, como já mencionado, é um exercício difícil de ser realizado, ainda mais depois da desorganização produtiva em decorrência da covid-19. A ocorrência de uma pandemia nos níveis da atual enseja a reorganização de setores em novos arranjos produtivos, a fim de buscar a adequação à nova normalidade. No entanto, considerando-se que não haverá a total destruição dos fatores e estruturas produtivos atuais, mas sim uma reestruturação, é possível realizar um exercício de inferência a partir da tendência delineada

pelo setor de serviços nos últimos dez anos no município de Salvador, levando-se em conta algumas peculiaridades da capital baiana.

Esse exercício é apresentado a seguir, de acordo com os segmentos econômicos com grande participação na atividade produtiva do município.

O segmento turístico é um dos mais afetados pela pandemia do novo coronavírus, e a sua plena recuperação está condicionada ao controle da doença. Trata-se de um setor com forte presença na atividade econômica do município de Salvador. A insegurança quanto ao atual contexto não permite apontar um claro delineamento para esse segmento, mas algumas tendências podem ser observadas, sobretudo com a expectativa de incremento do turismo nacional em um cenário pós-pandemia.

Salvador compete diretamente em atratividade de visitantes com outras capitais do Nordeste (notadamente Recife e Fortaleza) e com o Rio de Janeiro. Não levando em consideração os aspectos culturais e as belezas singulares de cada cidade e que influem diretamente nessa capacidade de atração, fatores como estrutura urbana e segurança pública devem ser analisados mais apropriadamente em relação ao desempenho desse segmento. Nos últimos anos, Salvador experimentou ações de readequação e reforma do seu espaço urbano que não se limitaram aos pontos turísticos e bairros localizados na orla. As medidas são fruto de ações públicas desenvolvidas pela prefeitura municipal e pelo Governo do Estado da Bahia. Entre elas destacam-se a reforma da orla marítima, quase que na sua totalidade, e a ampliação da linha e das estações do metrô até o Aeroporto Internacional de Salvador. Outras medidas, como limpeza constante das ruas e avenidas e reformas de praças, espaços públicos e calçadas, não devem ser desconsideradas. Sob essa mesma perspectiva, outras capitais brasileiras apresentaram um movimento diferente. Recife, que, da década de 2000 até o início dos anos 2010, havia experimentado uma expansão das obras públicas de infraestrutura, nos últimos anos não sustentou esse ritmo. Por sua vez, o Rio de Janeiro, que havia se tornado foco de grandes investimentos públicos e privados em infraestrutura, em decorrência de eventos esportivos mundiais (Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016), a partir de 2017, vivenciou a quebra desse ciclo virtuoso, após a falência fiscal do estado. Diante dessas constatações, a atividade turística em Salvador tende a ser mais atrativa, em detrimento das outras cidades.

Outra questão relevante e com forte rebatimento no turismo é a segurança pública. Novamente, Rio de Janeiro e Recife experimentaram perdas significativas nesse aspecto. No primeiro caso, a dificuldade financeira do estado impediu a manutenção da política de segurança pública, que tinha nas unidades de polícia pacificadora (UPP) um dos seus pilares, o que gerou um forte impacto negativo. O resultado foi uma escalada no número de crimes e o retorno da cidade aos noticiários nacionais e internacionais em decorrência de eventos dessa natureza, após anos de queda sustentada no número de homicídios.

Com o enfraquecimento da política denominada Pacto Pela Vida, Recife passou a experimentar um incremento das ocorrências criminais, sendo motivo de atenção da mídia nacional. Ainda nesse contexto, Fortaleza também vivenciou momentos delicados na segurança pública, como a greve dos policiais militares em 2020 e a disputa entre facções criminosas dentro dos presídios, que acabou se estendendo aos bairros pobres da periferia, com uma explosão subsequente no número de homicídios e outros crimes. No sentido contrário, Salvador teve uma redução sustentada do número de crimes violentos letais intencionais (CVLI) nos últimos anos, fato positivo para a atração de novos fluxos turísticos além dos verificados em períodos tradicionais, como no verão e, mais especificamente, no Carnaval.

Além desses aspectos, vale destacar os seguintes pontos relacionados ao turismo e que podem ter reverberações em outros segmentos econômicos do município de Salvador:

1) Inauguração do novo centro de convenções na orla marítima, que atrai um perfil turístico associado a eventos de negócios e convenções diversas.

2) Criação do corredor da fé (Av. Dendezeiros do Bonfim), após a canonização de Irmã Dulce, que a consagrou como Santa Dulce dos Pobres. Abriu-se, assim, a possibilidade de Salvador contar com o chamado turismo da fé, que tende a se concentrar do Largo de Roma (Santuário da Santa Dulce dos Pobres) até a Colina Sagrada do Bonfim (Santuário de Nosso Senhor do Bonfim).

3) Revitalização do trecho entre a Praça Tomé de Souza e a Praça Castro Alves, incluindo a Rua Chile. Essa medida resultou na atração de empreendimentos hoteleiros de luxo para esse espaço, o que pode levar a uma padronização do entorno dessa área da cidade, abrindo oportunidades para outras iniciativas e novos investimentos nos segmentos de entretenimento, alimentação, alojamento e hospedagem de alto padrão.

4) Criação do Hub Salvador para estimular *startups* e revitalização do bairro do Comércio, nas proximidades do porto, onde desembocam cruzeiros e de onde partem diversas travessias marítimas.

5) Gourmetização de bairros como Gamboa de Baixo e Santo Antônio Além do Carmo. Seguindo uma tendência observada em outras capitais brasileiras, com comunidades populares localizadas no entorno de bairros turísticos, a Gamboa de Baixo tem ganhado admiradores devido à beleza natural da área, à beira da Baía de Todos-os-Santos, o que é percebido em redes sociais e pela presença de artistas nacionais e internacionais. Como reflexo dessa “descoberta” do bairro, observa-se a abertura de novos empreendimentos, por iniciativa dos moradores, ligados, sobretudo, ao segmento de alimentação e bares. Por sua vez, o bairro de Santo Antônio Além do Carmo experimenta uma redescoberta há mais de dez anos, com claros reflexos em seu entorno e na Rua Direta de Santo Antônio. Ali se nota a revitalização de prédios antigos e a constante presença de uma cena cultural, como as prévias do Carnaval em formato de baile à fantasia.

6) A popularização das plataformas virtuais de compartilhamento de imóveis, como Airbnb e Couchsurfing, tende a ampliar a oferta de hospedagem em Salvador, graças ao baixo custo de utilização, atraindo públicos de diferentes padrões, mesmo na alta estação, quando os preços são mais elevados. Isso, porém, gera impacto negativo para o setor hoteleiro.

- Em relação ao entretenimento, observa-se que a chamada *axé music* deixou de se destacar na cena musical do Brasil ainda no início dos anos 2010. Essa situação, resultado da falta de renovação no quadro de artistas desse gênero, refletiu-se diretamente na atração de um fluxo turístico em períodos fora da alta estação para Salvador. Contudo, alguns eventos de grande porte sinalizam a manutenção do entretenimento como um segmento importante para a cidade. Entre eles destacam-se os espetáculos privados de música dos gêneros sertanejo universitário e forró eletrônico. Além desses, vale citar destacar a incorporação ao calendário de festas oficiais da Virada Salvador, no final do ano, com duração de cinco dias, e a promoção do circuito de festas populares (Lavagem do Bonfim, Lavagem de Itapuã e Festa de Iemanjá), no período de alta estação. Outro elemento que tem ganhado projeção nacional é a criação de um carnaval fora de época (entre setembro e outubro), voltado para o público LGBT. Embora tenham impacto reduzido na capacidade de geração de riqueza para o município, outros segmentos tendem a se beneficiar dos efeitos indiretos das atividades de entretenimento, como hotelaria e hospedagem, alimentação, transporte particular e serviços relacionados à saúde e à estética.

Outra questão relevante nesse período de pandemia e isolamento social é o contato virtual propiciado pela tecnologia de comunicação. Não obstante a indústria de entretenimento, na qual se observa a presença de serviços de apoio (iluminação e sonorização, comunicação e divulgação de eventos, infraestrutura de palcos e camarotes, alimentação), as apresentações de artistas em shows realizados nos ambientes privados e disponibilizados em ambientes virtuais com a interação ao vivo do público (*lives* nas redes sociais) podem vir a se popularizar de forma mais efetiva, gerando menos riscos de contato entre pessoas e criando um novo segmento para o entretenimento. Por enquanto, essa alternativa tem se sustentado e pode permanecer e se ampliar em um contexto pós-pandemia.

- No segmento da saúde se observa que Salvador, como capital do estado, tem recebido vultosos recursos para aquisição de insumos, investimento em infraestrutura em saúde e contratação de pessoal. Todas essas ações estão relacionadas às medidas de enfrentamento do novo coronavírus. Com elevada concentração de casos confirmados em comparação ao total do estado, a capital baiana virou referência no estado no enfrentamento à doença. Se confirmada a efetividade do poder público (municipal e estadual) e da estrutura de saúde nas ações de enfrentamento da pandemia da covid-19, Salvador pode tornar-se um polo especializado de serviços de saúde no eixo Norte-Nordeste do Brasil, em detrimento de outras capitais do Nordeste. A constituição desse polo teria como principais rebatimentos positivos a ampliação do mercado de trabalho especializado, com incremento do rendimento médio e de anos de estudo da população, em decorrência das especificidades dos serviços desse segmento. Também se poderia criar uma cadeia produtiva na área de saúde, o que refletiria na atração de indústrias para a produção de itens essenciais ao funcionamento desse segmento, além de outras atividades relacionadas com derivações de educação e saúde e serviços de consultoria especializada na área da economia da saúde.
- Por sua vez, na educação, a pandemia do novo coronavírus provavelmente vai acelerar um processo já em curso de ampliação do ensino virtual. Até então, o modelo de educação (desde os níveis básicos até o superior e cursos de formação profissional) tem se baseado em uma estrutura de funcionamento antiga, com a necessidade de deslocamento para prédios onde aulas são presencialmente ministradas. As plataformas virtuais já permitem aulas remotas e, com o auxílio da inteligência artificial, poderão alcançar resultados expressivos. Inclusive, as pessoas poderão estar em diferentes lugares assistindo e participando das atividades acadêmicas. Essa alteração do modelo de ensino deve ocorrer com maior intensidade em níveis escolares mais avançados, nos quais existe maior liberdade de aprendizado. Contudo, os rebatimentos em outros segmentos ligados à educação tradicional serão inegáveis.
- O comércio varejista é a atividade mais próxima do consumidor na efetivação de uma compra. Nesse sentido, o setor tende a ser duramente afetado no período que perdurar a pandemia, sobretudo em Salvador, que tem 86,0% de sua economia baseada no setor terciário. Para continuar em funcionamento, diversas empresas precisam se readaptar aos tempos de ausência de contato interpessoal. As unidades que tendem a sofrer mais são as localizadas em regiões com intenso comércio de rua (fora dos espaços comerciais mais amplos e com maior capacidade de investimento em plataformas digitais para veicular os produtos) e que não aderiram ao comércio virtual como ferramenta alternativa para ampliar o faturamento. Nesses casos, as inserções nas redes sociais restringem-se ao Instagram e ao Whatsapp. Este último não é propriamente uma rede social, mas um aplicativo de comunicação que também tem sido utilizado como ferramenta para efetivação de negócios. Embora haja uma redução nas vendas do comércio varejista como um todo, o *e-commerce* deve apresentar uma ampliação nesse período, sobretudo na

venda de itens que amenizam os efeitos do isolamento social (entretenimento, atividade física, cuidados com a saúde e itens de beleza) ou necessários para manutenção da vida em casa (bens que facilitam a execução de tarefas domésticas e itens de gastronomia). A adaptação do consumidor às compras por meio virtual pode aumentar a confiança nesse mecanismo em um cenário pós-pandemia, em detrimento do comércio varejista tradicional. Esse é um modelo de negócio já adotado por várias empresas na capital, abrindo-se agora a possibilidade de inserção de vários segmentos. Com o aumento da confiança do consumidor soteropolitano nas compras pela internet, poderá haver uma queda na demanda e, conseqüentemente, no faturamento do comércio varejista tradicional, principalmente o relacionado a itens em que não há necessidade de teste por parte do comprador.

- Embora haja uma elevada participação das atividades relacionadas a serviços em Salvador, estes, em sua maioria, são de baixo valor agregado. Um dos entraves para a ampliação desse setor na direção de serviços de alta complexidade e com maior capacidade de gerar valor é o baixo nível de capacitação da população economicamente ativa. Contudo, uma exceção que pode se desenhar nos próximos anos é a constituição de um polo de serviços de saúde.
- No caso do mercado imobiliário redução da renda e do nível de emprego em decorrência da pandemia do novo coronavírus afeta diretamente a possibilidade de aquisição de imóvel novo ou a troca de imóveis, o que resulta em uma retração dos negócios. Além disso, mudanças na composição demográfica já dão indícios de que esse segmento vai precisar passar por uma intensa revisão de conceitos e investimentos para se adequar à nova realidade.

As propostas de retomada das atividades econômicas devem obedecer a protocolos desenvolvidos pelo poder público e tendem a seguir uma lógica de menor nível de exposição e contaminação pelo novo coronavírus. Destaca-se que essas medidas devem ocorrer em um horizonte temporal de um a dois meses e podem ter até três fases de reabertura, conforme visto em países asiáticos e europeus que já passaram pelo pico da pandemia. Contudo, vale salientar os dois principais indicadores que apontam a possibilidade de retomada: taxa de crescimento de casos confirmados e taxa de ocupação de leitos de UTI.

Nesse sentido, tomando-se ainda como premissa reduzir o nível de contaminação para que a estrutura de saúde tenha condições de atender a todos os casos da enfermidade, a probabilidade é que, no estado da Bahia, além das atividades consideradas essenciais, sejam liberadas aquelas que têm menor risco de contaminação. E nesse grupo destacam-se a agropecuária e a indústria extrativa. Por sua vez, escritórios, concessionárias de veículos, shopping centers, indústrias de transformação, bancos, construção civil, bibliotecas e museus teriam um risco médio de contaminação e seriam reabertos em uma segunda etapa, mas seguindo protocolos: utilização obrigatória de máscara, medição da temperatura, limite de acessos.

Por último, os segmentos econômicos em que o risco de contaminação seria maior: alojamento (hotéis e similares), educação, bares e restaurantes, templos religiosos, academias, salões de beleza e barbearias. Estabelecimentos enquadrados nesse último grupo teriam a sua reabertura retardada. Novamente tomando-se como referência a estrutura produtiva de Salvador e a elevada participação do setor terciário em sua composição, há de se esperar que o município apresente uma capacidade de recuperação mais lenta comparado ao estado como um todo. Uma parte considerável de outros segmentos, como a indústria de transformação e extrativa mineral e a agropecuária, terá uma retomada antes da grande maioria dos subsetores do comércio e serviços, que são a base da atividade econômica de Salvador.

As inferências aqui apresentadas têm a finalidade de esboçar uma tendência provável para determinados segmentos econômicos no município de Salvador. Contudo, algumas atividades com elevada participação na produtividade do setor terciário do município dependem da forma de reorganização da estrutura produtiva em um cenário pós-pandemia. Por sua vez, a extensão do prazo de recuperação da atividade econômica em Salvador refletirá diretamente na manutenção do emprego formal, especialmente nos segmentos considerados não essenciais. Como desdobramento provável deve ocorrer uma expansão da informalidade em Salvador, que já é considerada alta quando comparada à de outras capitais brasileiras (53% da PEA, segundo dados do IBGE de março, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2020)).

A ausência de propostas ou protocolos de grandes investimentos no setor industrial e a falta de ligação com as cadeias produtivas do setor agropecuário permitem inferir que, nos próximos anos, Salvador permanecerá com uma elevada participação do setor de serviços. Caso confirmadas as inferências aqui apresentadas, o turismo, como corolário do subsetor de entretenimento, e os serviços na área de saúde tendem a apresentar um crescimento de participação na geração de riqueza, como reflexo, sobretudo, de uma demanda exógena à lógica de funcionamento da capital. Por sua vez, o incremento do setor comercial, com destaque para o varejista, depende da disponibilidade de renda da população local e das transformações digitais desenhadas para o segmento varejista e atacadista.

Contudo, importantes cadeias ligadas a esses segmentos com maior tendência de crescimento no horizonte temporal de 2030 podem ser criadas, a fim de possibilitar a geração de um círculo virtuoso de crescimento que beneficie toda a economia local e, conseqüentemente, a região metropolitana e o estado da Bahia. E a estabilidade institucional, do ponto de vista da manutenção de uma agenda pública e da definição de prioridades governamentais, é condição *sine qua non* para criar ambientes propícios ao desenvolvimento de novos negócios, com a atração de amplos investimentos, tendo a aceitação e o apoio da sociedade civil organizada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma visão de futuro é uma atividade recorrente em vários momentos históricos e em diferentes instâncias públicas. No ato da sua fundação, em 1549, a cidade do São Salvador foi planejada para ser a capital lusitana na América. Na atualidade, a partir de um prisma econômico, torna-se factível o exercício de um planejamento para a Salvador do futuro, a fim de ensejar ao poder público ações para viabilizar o desenvolvimento socioeconômico do município. Isso graças a análises consubstanciadas a partir componentes históricos que sedimentaram a estrutura produtiva da capital baiana e do seu entorno e à grande disponibilidade de dados que delineiam o perfil socioeconômico da Bahia e de Salvador.

Contudo, a grande ruptura social em decorrência da pandemia do novo coronavírus impõe dificuldades à elaboração de tendências para a atividade econômica nos mais diversos contextos. Nesse sentido, esse texto não tem uma síntese conclusiva. Ele apenas buscou apresentar algumas inferências e hipóteses sobre o provável cenário para a economia soteropolitana ao final da década de 2021-2030. Qualquer tentativa de aproximação da situação econômica futura esbarra em ao menos três condicionantes que foram analisados nas seções temáticas do trabalho.

A primeira dessas condições é a análise da dinâmica atual da economia baiana, que, conforme mencionado, não destina para a RMS os mesmos vultosos investimentos de outros momentos do século XX. O novo modelo de desenvolvimento do estado da Bahia preconiza vetores econômicos voltados para infraestrutura portuária no sul do estado, ligação ferroviária entre o leste e o oeste, ampliação da oferta de energia eólica e mineração, que devem promover a interiorização e a diminuição das atenções sobre a economia metropolitana durante os próximos anos desse novo início de década do século XXI. Destaca-se, inclusive, a perda de competitividade da indústria química e petroquímica do estado como parte do esgotamento de um modelo que produziu os principais resultados da evolução da economia baiana ao longo do século XX.

A segunda é a evolução da economia metropolitana, relacionada com o desempenho do setor de serviços, notadamente aquele com maior destaque na geração de valor adicionado ao PIB do município, com pouco mais de 86%. Em função do elevado desemprego, que, conforme destacado, situa-se próximo dos 25% de sua população economicamente ativa, bem como da pouca diversificação de uma economia marcada por serviços de baixo valor agregado, a taxa de crescimento da capital baiana tem ficado bastante aquém das necessidades da população. Esse baixo crescimento condiciona e cria empecilhos para a projeção de estimativas mais positivas para o PIB de Salvador, que deve continuar no mesmo nível dos primeiros anos do século XXI, ou até pior, em função do terceiro condicionante dessa análise, a saber, os impactos derivados da covid-19

É inegável que esse terceiro condicionante é igualmente preocupante, seja pela volúpia do decréscimo econômico que será gerado em todo o estado como consequência do alastramento da doença, seja porque as possibilidades de recuperação certamente influenciarão a tendência de comportamento da primeira metade dessa nova década do século XXI. Conforme demonstrado estatisticamente, no pior dos cenários, a taxa de -8,1% para a Bahia pode determinar uma recuperação apenas em 2024, fazendo com que os patamares da economia baiana voltem incredivelmente aos do ano de 2019. Certamente, uma nova década perdida, não pelo pessimismo exacerbado, mas pela conjunção dessas três condicionantes.

De maneira geral, Salvador destaca-se pela participação na atividade econômica do estado e da RMS e se configura como uma metrópole de importância significativa no eixo regional. E essa relevância não está associada exclusivamente à concentração populacional no município, mas também à diversificação da sua atividade produtiva, fundamentada, sobretudo, em um amplo setor terciário. Essa é uma característica de grandes metrópoles, com uma extensa oferta de comércio e serviços e que funcionam como polos de atração em diversos contextos.

Portanto, em curto e médio prazo, com a vigência das medidas de distanciamento social, deve haver uma forte diminuição no faturamento do setor terciário, principalmente para os segmentos que não são considerados essenciais. Destacam-se nesse grupo os estabelecimentos ligados ao turismo e ao entretenimento em Salvador. Seguramente, o “novo normal” virá com mudanças significativas na economia, principalmente nas áreas ligadas ao consumo das famílias e à reorganização das formas de trabalho.

As tendências para os padrões de consumo e para os segmentos econômicos que se desenham em um cenário pós-covid-19 estão no setor terciário, o que pode ser benéfico para Salvador, dada a elevada participação desse setor na geração de riquezas do município. Essas tendências referem-se, de algum modo, a um movimento iniciado antes da pandemia e que, devido à limitação do contato pessoal, devem ter uma aceleração no processo de ampliação, a depender da aceitação da população. A maioria é estritamente dependente de redes de telecomunicações e da disponibilidade de acesso virtual por parte da população.

Assim, espera-se a resiliência em alguns setores no pós-covid e novas tendências não só conjunturais, mas, sobretudo, estruturais. A questão agora, que vai nortear os próximos trabalhos derivados dessa pesquisa, é saber se Salvador estará apta às mudanças que virão no bojo das transformações econômicas em curso. Essas mudanças vão criar novos desafios, sobretudo educacionais e de inserção em um novo mercado de trabalho, ainda mais segregador.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Decreto n. 19.532, de 17 de março de 2020. Altera o Decreto nº 19.529, de 16 de março de 2020, na forma que indica. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, 18 mar. 2020. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19532-de-17-de-marco-de-2020>. Acesso em: 19 mar. 2020.
- BAHIA. Lei n. 13.468, de 29 de dezembro de 2015. Institui o Plano Plurianual Participativo - PPA do Estado da Bahia para o quadriênio 2016-2019. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, 29 dez. 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13468-de-29-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 5 jan. 2016.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Bahia deve receber investimentos de mais de R\$ 15 bilhões até 2021*. Salvador, 10 set. 2019a. Disponível em: <http://www.sicm.ba.gov.br/Noticia.aspx?n=35642>. Acesso em: 15 set. 2019.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Bahia é o estado com maior geração de energia eólica no país*. Salvador, 3 out. 2019b. Disponível em: <http://www.sicm.ba.gov.br/Noticia.aspx?n=35664>. Acesso em: 5 out. 2019.
- BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. *Energias renováveis*. Disponível em: <http://www.sicm.ba.gov.br/Pagina.aspx?pagina=energia>. Acesso em: 15 ago. 2019c.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Focus: Relatório de Mercado, de 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/29052020>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 5585, 11 jun. 1973,. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/1970-1979/leicomplementar-14-8-junho-1973-367020-norma-pl.html#:~:text=LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%2014%2C%20DE,%2C%20Curitiba%2C%20Bel%C3%A9m%20e%20Fortaleza.&text=Observa%C3%A7%C3%A3o%3A%20Proposi%C3%A7%C3%A3o%20origin%C3%A1ria%3A%20PLN%207,tramita%C3%A7%C3%A3o%20registrada%20pelo%20Senado%20Federal>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. *Microdados RAIS e CAGED*. Brasília: MTE, 2019. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>. Acesso em: 15 set. 2019.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010: agregados por setores censitários. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=10410&t=resultados>. Acesso em: 17 jul. 2018.
- GUERRA. O.; TEIXEIRA, F. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, , p. 87-98, jul. 2000.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Real GDP growth: annual percent change*, April 2020. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOORLD. Acesso em: 20 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Microdados do censo demográfico*: 1991, 2000, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2018a. Dados online extraídos do Banco Multidimensional de Estatísticas. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>. Acesso em: 7 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas de população enviadas ao TCU*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=22367&t=resultados>. Acesso em: 31 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Microdados do censo demográfico*: 1991, 2000, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2018c. Dados online extraídos do Banco Multidimensional de Estatísticas. Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/index.jsp>. Acesso em: 7 fev. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *SIDRA*: produto interno bruto dos municípios 2002-2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018d. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 5 nov. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto interno bruto dos municípios*: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas de população enviadas ao TCU*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 17 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2019c. (Estudos & pesquisas - informação demográfica e socioeconômica, 40). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018*: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019d.

MENEZES, V. O comportamento recente e os condicionantes da evolução da economia baiana *In*: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnológica. Tendências da economia baiana. Salvador: SEPLANTEC, 2000. p. 23-56. (Série de estudos estratégicos).

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil. *Einstein*, São Paulo, n. 6, p. S4-S6, 2008. Supl. 1.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2001-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnad>. Acesso em: 7 fev. 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?edicao=23634&t=resultados>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PESSOTI, G. C. *Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005*. 2008. 215 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional) - Programa de Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador, Salvador, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Decreto n. 32.256, de 16 de março de 2020. *Dispõe sobre novas medidas de prevenção e controle para enfrentamento do COVID-19 no âmbito do município de Salvador*. *Diário Oficial [do] Município de Salvador*. 17 de março de 2020A. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=390716>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Decreto n. 32.268, de 18 de março de 2020. Declara situação de emergência no Município de Salvador e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. *Diário Oficial [do] Município de Salvador*. 19 de março de 2020b. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/ba/s/salvador/decreto/2020/3227/32268/decreto-n-32268-2020-declara-situacao-de-emergencia-no-municipio-de-salvador-e-define-outras-medidas-para-o-enfrentamento-da-pandemia-decorrente-do-coronavirus>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Decreto n. 32.280, de 23 de março de 2020. Define medidas complementares para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus. *Diário Oficial [do] Município de Salvador*. 24 de março de 2020c. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2020/3228/32280/decreto-n-32280-2020-define-medidas-complementares-para-o-enfrentamento-da-pandemia-decorrente-do-coronavirus>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SPINOLA, N. D. *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Salvador: UNIFACS, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB e estudos correlatos*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2096&Itemid=333. Acesso em: 20 nov. 2019a.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Pesquisa de emprego e desemprego da RMS: tabelas e gráficos: taxas de desemprego por tipos de desemprego, município de Salvador, 1996-2019. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23&Itemid=417. Acesso em: 30 dez. 2019b.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.. *Índice da dinâmica econômica municipal - IDEM*. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1645&Itemid=332 Acesso em: 13 maio 2020a.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *A pandemia da Covid-19 e os impactos na economia baiana: cenários e projeções*. Salvador: SEI, 2020b.

UDERMAN, S. Perspectivas industriais. In: BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. *Tendências da economia baiana*. Salvador: Seplantec, 2000. p. 93-176.

VASCONCELOS, A. M. N.; GOMES, M. M.F. Transição demográfica: a experiência brasileira. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Brasília, v. 21, n. 4, p. 539-548, 2012.

WORLD BANK. World Bank Group. *Global Economic Prospects*, June 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 1 jun. 2020.